



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 33

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 18 de outubro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se a sessão com a [Verificação de Poderes do Sr. Deputado António Manuel Raposo Lima](#).

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Graça Silva (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Antes de se entrar na Agenda da Reunião foi lido pela Sra. Presidente da Assembleia um [Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios que deflagraram nos passados dias 15 e 16 de outubro](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião com a [Interpeção ao Governo Regional sobre “Turismo”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Carlos Silva (PS), interveio no debate a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), António Lima (*BE*), Manuel Pereira (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Carlos Ferreira (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Manuel Ramos (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Tiago Branco (*PS*), Marco Costa (*PSD*), André Bradford (*PS*), bem como as Sras. Deputadas Isabel Quinto (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Mónica Seidi (*PSD*).

No final do debate e no seguimento da intervenção do Sr. Deputado André Bradford (*PS*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), tendo realizado um contra protesto o Sr. Deputado André Bradford (*PS*). Posteriormente, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 47/XI – “Recomenda a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de um grupo de trabalho que analise e avalie as respostas públicas regionais na área de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens, dirigidas a jovens com mais de 12 anos de idade”](#), pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Graça Silva, participaram no debate as Sras. Deputadas Mónica Seidi (*PSD*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Sobre este tema proferiu ainda uma declaração de voto a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Por fim, iniciou-se o debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptomérias, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo,

participaram no debate os Srs. Deputados António Toste Parreira (*PS*), António Almeida (*PSD*), António Lima (*BE*), Manuel Pereira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 44 minutos.

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar o nosso período legislativo de outubro.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

(Eram 15 horas e 09 minutos)

Secretário: Boa tarde.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa **Toste**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

O ponto prévio da nossa Agenda e ainda antes de lermos o Voto de Pesar conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, peço à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o relatório de **Verificação de poderes do Sr. Deputado António Manuel Raposo Lima.**

Tem a palavra Sra. Deputada.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DO CANDIDATO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ANTÓNIO MANUEL RAPOSO LIMA.

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 12 de outubro de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores António Manuel Raposo Lima.

Estiveram presentes os deputados Francisco Coelho (Presidente), Graça Silva (Relatora), Luís Rendeiro (em substituição da deputada Catarina Chamacame Furtado) (Secretário), Bárbara Torres Chaves, José Contente, Manuel Ramos, Ricardo Ramalho e Pedro Moura do PS, Jaime Vieira, João Costa e Paulo Parece do PSD, Rui Martins (em substituição do deputado Artur Lima) do CDS-PP, Zuraida Soares do BE e o deputado João Corvelo do PCP (que participa sem direito a voto).

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da

elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 29 de setembro de 2017, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo deputado Paulo José Maio de Sousa Mendes, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 02 de outubro de 2017, da renúncia do respetivo mandato pela candidata Lúcia de Fátima Oliveira Arruda, a Direção do Grupo Parlamentar do BE comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato António Manuel Raposo Lima.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 16 de outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato António Manuel Raposo Lima, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o deputado Paulo José Maio de Sousa Mendes.

O candidato António Manuel Raposo Lima não apresenta qualquer situação de inelegibilidade ou de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE** consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato supramencionado não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato António Manuel Raposo Lima, e que o mesmo não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do deputado que substitui, ou seja, a 02 de outubro de 2017.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 12 de outubro de 2017

A Relatora, *Maria da Graça Silva*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação do relatório de verificação de poderes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório de verificação de poderes apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão verificados os poderes.

Convidava então o Sr. Deputado António Lima a ocupar o seu lugar.

Seja bem-vindo, Sr. Deputado. Desejo-lhe um bom trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes nós antes de entrarmos na Agenda da nossa reunião vou apresentar e vamos votar um Voto de Pesar referente aos incêndios que deflagraram em Portugal.

VOTO DE PESAR

Os incêndios que deflagraram em Portugal Continental, com maior incidência no Centro e no Norte, deixaram, uma vez mais, o nosso país de luto e mergulhado numa profunda tristeza, perante tão aterradora fatalidade.

É com um sentimento de consternação e de pesar que temos acompanhado esta terrível tragédia, lamentando a violenta dimensão dos incêndios e as incalculáveis consequências para tantas famílias e populações afetadas, onde pereceram vidas, advieram feridos graves e resultou em centenas de desalojados e deslocados e ainda avultados prejuízos em bens públicos e privados.

Os nossos primeiros pensamentos estão, por isso, com as famílias enlutadas, a quem manifestamos a nossa mais profunda solidariedade.

Conscientes que o efeito das palavras não minimiza o sofrimento de quem tudo perdeu, os açorianos, familiarizados com situações de crises e desastres naturais, não podem deixar de dirigir uma palavra de esperança e de conforto, unindo-se em torno da sua dor e prestando a sua sentida homenagem e solidariedade.

Este é também o momento para manifestar uma palavra de gratidão às populações, aos elementos das várias corporações de bombeiros e aos serviços de segurança, pela coragem, determinação e espírito de missão que demonstraram no terreno, neste momento tão difícil para o nosso País.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios do passado dia 15 e 16 de outubro e expressa as sentidas condolências às famílias, manifestando, ainda, a sua solidariedade com todos os portugueses afetados por esta tragédia.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e à Associação Nacional de Municípios.

Sala das Sessões, Horta, 18 de outubro de 2017

Os Líderes Parlamentares, André Bradford, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraida Soares, João Corvelo e Paulo Estêvão

Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Guardemos então agora um minuto de silêncio.

(A Câmara, neste momento, de pé fez um minuto de silêncio)

Vamos então dar agora início aos nossos trabalhos.

O ponto um da nossa Agenda é a **Interpeleção ao Governo Regional sobre “Turismo”**, requerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem nesta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos como é habitual pela Conferência de Líderes, conforme

estipula o artigo 132.º: o Partido Socialista e o Governo Regional têm 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; e as representações parlamentares do PCP e PPM dispõem de 10 minutos.

Para dar início a este debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda nos recordamos dos tempos em que alguns partidos aqui representados agoiravam com a estratégia para o turismo seguida pelo Governo dos Açores e apoiada pelo Partido Socialista iria constituir uma oportunidade perdida para diversificarmos a nossa base económica. Criticavam então as políticas de promoção, os mercados-alvo, a gestão das acessibilidades e os sistemas de incentivos. Parecia tudo errado e o caminho para o desastre era quase certo.

Felizmente os açorianos sentem hoje os efeitos positivos das opções seguidas pelo Governo em parceria com os agentes privados do setor. Portanto, falar de turismo nos Açores é hoje sinal de desenvolvimento sustentável, crescimento económico, de criação de emprego e de esperança fundamentada um futuro melhor para os açorianos.

Falar de turismo nos Açores é também sinónimo de um crescimento sustentado dos principais indicadores, quer na hotelaria, quer no turismo em espaço rural, quer no alojamento local.

No final do ano passado atingimos quase 2 milhões de dormidas e superamos os 73 milhões de euros em rendimentos do turismo, ou seja, o setor do turismo cresceu praticamente 60% em pouco mais de 3 anos, mas é igualmente importante realçar que esta nova realidade também se reflete no aumento do emprego e nos salários do pessoal afeto ao turismo que no final de 2016 atingiram os 24 milhões de euros.

Mas falar do turismo nos Açores, hoje, é também ter a capacidade para ouvir, refletir e responder aos novos desafios que são colocados quase diariamente, quer seja ao nível da preservação dos recursos naturais, quer seja ao nível da sustentabilidade económica de um dos nossos principais setores de atividade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A verdade é que o desenvolvimento do turismo tem alavancado a economia regional com um efeito multiplicador sobre outros setores importantes, como o comércio, como a construção, mas também com reflexos muito positivos na agricultura e nas pescas.

Fez, por isso, sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenha realizado um roteiro sobre o setor do turismo nas nove ilhas dos Açores, em mais de 75 iniciativas. Reunimos com empresários, com associações e outras entidades e visitámos espaços públicos e de interesse turístico. Fizemos questão de escutar os profissionais do turismo e perceber as novas dinâmicas criadas, as suas expetativas e as suas preocupações.

Faz, por isso, todo o sentido interpelar hoje o Governo dos Açores não apenas pelo regozijo do que corre bem (e diga-se muito bem!), mas sobretudo para discutirmos o futuro do turismo na Região, sem complexos, sem tabus, pois deste diálogo resultará inevitavelmente valor acrescentado para os Açores e para os açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista pretende, assim, questionar e debater matérias importantes como o controlo, a preservação e regulamentação dos espaços públicos; o tipo de turismo e de alojamento que queremos para os Açores; a promoção do destino e o combate à sazonalidade; o que está a ser feito ao nível da formação e qualificação dos recursos humanos; a distribuição dos rendimentos gerados no setor, entre outros assuntos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A estratégia implementada pelo Governo Regional dos Açores, em colaboração com os agentes económicos e profissionais do turismo tem, de facto, impulsionado a economia regional e criado emprego. Os dados publicados em 2017 já antecipam novos recordes no turismo e reforçam a confiança dos empresários e das famílias em viver e investir nos Açores. Mas este percurso de crescimento colocou-nos igualmente num novo patamar de exigência, que comporta novos desafios e torna necessário garantir que os Açores têm uma oferta turística qualificada e equilibrada, salvaguardando sempre a proteção dos nossos recursos naturais e culturais de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável da Região.

Cientes desta responsabilidade fazemos votos que o debate que agora iniciamos constitua um importante contributo para essa reflexão que é um dever de todos nós.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Falar de turismo nos Açores passa obrigatoriamente por recuarmos ao nosso passado, fazendo uma paragem no presente para traçarmos o que pretendemos para o nosso futuro. Esta é a estratégia do Governo dos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a estratégia?

A Oradora: ... uma estratégia que se apresenta cada vez mais consolidada, uma estratégia que faz parte de uma política integrada com uma única preocupação: potenciar o crescimento económico no nosso arquipélago com a salvaguarda intransigente daquilo que nos torna diferentes e únicos.

Todos nós, todos os dias, vimos sentindo os efeitos positivos de que este setor se reveste em todas as ilhas, em todos os açorianos.

Os números da atividade turística em todas as suas vertentes são muito positivos para a Região e são também vários os prémios, destaques e distinções que temos recebido no âmbito do posicionamento do destino Açores, o que deve ser um orgulho para todos nós e, sim, o turismo nos Açores tem feito um caminho extraordinário, vivendo atualmente um dos melhores momentos da sua história, tendo assumido claramente uma identidade fortalecida, com níveis de crescimento que nunca tinham sido verificados antes.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Estes resultados não surgem por acaso e devem-se ao trabalho contínuo dos últimos executivos e de todo o setor privado nesta área, com uma certeza de que, por via do turismo, seria e é possível o desenvolvimento económico das nove ilhas dos Açores.

Da parte do Governo que caminho foi este?

Foi uma opção estratégica de, em primeiro lugar, salvaguardar o património, permitindo um crescimento sustentável, posicionando o destino como aliado do ambiente, com a assinatura de qualidade baseada na certificação pela natureza; de impulsionarmos a procura como o novo modelo de acessibilidades; de promoção da Região junto dos segmentos considerados prioritários e devidamente alinhados com a nossa assinatura e claro de qualificação da oferta. Estes resultados são a prova disso mesmo: de progresso.

Os Açores lideram os crescimentos de dormidas e de proveitos de hotelaria tradicional de todas as regiões do país, quer em 2015, quer em 2016, numa tendência que se mantém este ano.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Com os resultados divulgados no final da semana passada que já incluem o mês de agosto o destaque foi novamente para os Açores com o maior aumento de dormidas no ano entre todas as regiões do país, mais 18% face ao mesmo período do ano anterior.

O mesmo comportamento repete-se noutras variáveis de onde destacamos os proveitos, onde os Açores também lideram com um crescimento de 27% e neste aspeto o facto dos proveitos crescerem mais que as dormidas tem um significado muito importante: estamos a conseguir extrair mais valor da atividade e isto representa, apenas na hotelaria tradicional, nestes primeiros oito meses do ano, 63 milhões de euros aos quais ainda se devem somar todos os restantes tipos de alojamento ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Um exemplo a seguir!

A Oradora: ... e atividades turísticas.

Apesar da nossa condição arquipelágica complexa feita de nove partes distintas e distantes entre si com desafios específicos em termos de acessibilidades internas e externas, na verdade neste período este crescimento de dormidas é praticamente generalizado.

Aqui, é igualmente importante referir que o crescimento da procura possibilitou melhores e consistentes taxas de ocupação hoteleira com os Açores a serem a Região com maior crescimento das taxas de ocupação em agosto, por exemplo, com 5.7%, ao mesmo tempo que se verificou uma necessária resposta do lado da oferta com um crescimento do número de camas disponíveis na Região.

Neste momento temos disponíveis praticamente 20 mil camas, prevendo-se que até 2019 o reforço desta capacidade cresça em mais duas mil de acordo com os

pareceres favoráveis emitidos pela Direção Regional do Turismo numa expansão que assenta num comportamento equilibrado entre as várias tipologias de alojamento.

Sabemos que é este o caminho com uma preocupação sempre presente entre a oferta e a procura que tem levado ao sucesso do destino que queremos continuar a desenvolver como uma estratégia segura.

É por isso que se verifica também um crescimento nos nossos mercados prioritários onde destacamos a Alemanha, os Estados Unidos, o Canadá e a França, reflexo do empenho que o Governo tem colocado nas questões do turismo enquanto um dos motores do desenvolvimento económico, ambiental, cultural e social dos Açores. Esse papel na economia da Região tem sido cada vez mais importante não só a nível do produto gerado, mas também ao nível das oportunidades de emprego e de empreendedorismo, mas já o dissemos mais do que uma vez: não nos deslumbraremos com as estatísticas.

De facto, o turismo nos Açores não se cinge apenas a números. O turismo nos Açores é mais do que isto tudo, são as pessoas, com elas e para elas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: E no final de 2016, e apenas contabilizando o emprego verificando no setor do alojamento, restauração e similares, registamos 5.615 colaboradores, o que representa, por um lado, um crescimento de 44% face ao que tínhamos no final de 2014 e, por outro, 11% do total de emprego nas empresas da Região.

Além disso, os aumentos registados nas empresas de animação turística licenciadas no arquipélago espelham bem como os açorianos têm sabido aproveitar as finalidades positivas desta atividade, já que em 2017 contamos com 337 sociedades a operar neste setor, o que representa um crescimento de 39% face ao que tínhamos em 2015. Naturalmente verificamos que o turismo tem também permitido o desenvolvimento de outros setores por via do

aumento de vendas de bens e serviços para as empresas regionais, com impactos claros na produção agrícola regional, indústria, pequeno comércio e artesanato.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é o enquadramento do percurso que está a ser desenvolvido pelo Governo dos Açores, fazendo o turismo um setor ao serviço da criação de riqueza e emprego para todos os açorianos. Ao mesmo tempo percorre um caminho assente nos pilares de um desenvolvimento sustentável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para todas as ilhas!

A Oradora: Agora, mais do que nunca, há a necessidade de acautelar e assegurar a manutenção dos níveis de qualidade ambiental e paisagística que elevam a nossa atratividade e valorizam a nossa imagem como destino turístico de natureza.

Para esse efeito é crucial a conjugação de resultados da revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região com a implementação das medidas previstas no Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores.

Defendemos um modelo de desenvolvimento que se sustenta exatamente nos três pilares da sustentabilidade que garanta o desejado crescimento económico, que defenda intransigentemente a exploração equilibrada dos recursos turísticos e dos ecossistemas sem nunca perder de vista o legado histórico que os Açores por via do seu vasto património cultural têm que ambicionam a melhoria das condições de trabalho e retribuição do fator humano.

Os desafios são cada vez maiores e estendem-se também aos aspetos do património ambiental e da necessidade da sua correta divulgação. Por este motivo nunca se investiu tanto na Região no que diz respeito à conservação da natureza, particularmente nos parques naturais dos Açores. Protegemos e divulgamos este património através de uma rede de centros ambientais que já

conta com 19 infraestruturas próprias, às quais se acrescentam as concessionadas, distribuídas por todas as ilhas e com números crescentes de visitação.

Nos primeiros nove meses do ano receberam cerca de 418 mil visitantes, valor que já ultrapassa os cerca de 391 mil do total de 2016, o que atesta a crescente importância destes centros enquanto espaços de divulgação da nossa bio e geodiversidade, mas também das nossas tradições, da nossa cultura, por quem nos visita.

Aliás, aqui não podemos deixar de referir também que estes são espaços que caminham para um turismo cada vez mais acessível com destaque para os áudio guias disponíveis nos centros e a já implementada sinalética para invisuais no Jardim Botânico no Faial, entre outros projetos que estamos a desenvolver com esta preocupação.

Por acharmos que estamos no caminho certo, mas reconhecendo que temos muitos desafios pela frente, realizamos contínuos balanços da nossa atividade e estamos atentos às preocupações que são de todos, nomeadamente no que diz respeito à qualificação da oferta.

Neste sentido temos levado a cabo a monitorização das zonas mais sensíveis em termos ambientais, zonas estas de elevada importância em termos de património paisagístico que tanto nos caracteriza e pelo qual somos reconhecidos internacionalmente.

Essas monitorizações resultaram num conjunto de propostas que iremos discutir em reunião extraordinária do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável para que qualquer ação e opção tomada seja previamente concertada com a devida pronúncia dos nossos parceiros nestas matérias.

Também neste aspeto, considerando o crescimento do turismo nos Açores nos últimos dois anos, importa assegurar mecanismos de requalificação e

preservação dos principais espaços com vocação para o recreio e lazer, enquanto locais de interesse turístico, gerindo a procura, para além das áreas ambientalmente mais vulneráveis, também na rede de parques e reservas florestais, na rede de percursos pedestres, nos miradouros e nas zonas balneares, com o propósito de assegurar a sua preservação ambiental e paisagística, garantindo, assim, a sua sustentabilidade, trabalho este que está a ser realizado com a colaboração de vários departamentos do Governo, incluindo as secretarias regionais com as tutelas das Obras Públicas, das Florestas e do Mar, com o objetivo de implementar um conjunto de intervenções nos locais que denotam atualmente um maior congestionamento por via da atividade turística nos períodos de maior procura e planear outras, também devidamente estruturadas, em locais destinados ao recreio e ao lazer, tendo por base a estratégia definida para o turismo nos Açores, bem como os instrumentos de proteção ambiental existentes na Região.

Para além destes acrescidos desafios reconhecemos que em termos de qualificação há ainda um árduo trabalho para fazer, principalmente em termos de recursos humanos, quer seja por via da formação inicial, da reconversão ou da formação contínua de atualização de competências.

É certo que este é um caminho que leva tempo e que deverá ter um contributo público, mas também da iniciativa privada, passando e muito pela valorização das profissões diretamente relacionadas com o setor o que ainda está longe de alcançar o reconhecimento que todos nós desejaríamos.

Para além das ofertas formativas através dos estabelecimentos de formação na Região (e aqui note-se o facto de se estimar que durante este ano concluem a sua formação na área do turismo 268 formandos, o que compara com os 200 que terminaram no ano anterior), estamos a desenvolver para a implementação em parcerias com o Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo e com a AHRESP várias ações nesta área, como seja um Programa de

Sensibilização para uma Cultura de Serviço e um Programa de Qualificação do Património Gastronómico dos Açores.

Adicionalmente a Escola de Formação Turística e Hoteleira levará a cabo, a partir do próximo mês, 19 ações de formação de ativos, num total de 500 horas de formação, o que permitirá envolver 285 formandos de qualquer uma das nove ilhas em formações específicas, que vão desde línguas estrangeiras, marketing digital, cozinha, serviços de restaurante, normas de limpezas de andares, itinerários turísticos, tendências de bar e atendimento e gestão de reclamações.

Este é necessariamente um processo gradual, mas estamos convictos que as medidas preconizadas vão habilitar e facilitar uma maior capacitação na preparação dos profissionais o que reforçará a notoriedade do nosso destino.

Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entusiasmados com o nosso potencial temos clara consciência dos grandes desafios para que o setor do turismo dos Açores continue o caminho de prosperidade que até aqui tem verificado.

Tudo faremos para que o nosso destino seja cada vez mais sustentável, por isso, estamos também empenhados em garantir a distribuição de quem nos visita por todas as ilhas do arquipélago aumentando a atratividade do destino fora das ditas épocas alta e média. Encontramo-nos no momento de viragem com a redução da sazonalidade de forma sistemática e mais acelerada nos últimos anos.

Continuaremos a canalizar esforços de promoção e de prolongamento de rotas para a época baixa para que esta estratégica se torne cada vez mais consolidada e assim o faremos como já aqui foi dito também através de uma vigilância atenta e constante a todos os efeitos que o crescimento extraordinário do turismo está a ter. Nunca perderemos de vista que este caminho de sucesso só tem sido possível por garantirmos um equilíbrio entre todos, entre nós

açorianos, entre os turistas que nos visitam e entre os agentes que fazem crescer este setor.

É nosso dever e nossa determinação trabalhar em proximidade com todos e para salvaguarda da tripla sustentabilidade ao nível social, económico e ambiental.

O turismo dos Açores é tudo isso, mas acima de tudo são as pessoas e é para elas que trabalhamos todos os dias.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Antes de darmos início ao debate gostaria de informar a Câmara que está nas galerias um antigo deputado desta Casa, o Sr. Carlos Morais, e estão também alunos do curso de contabilidade da Escola Profissional.

Saúdo-vos a todos. Em nome desta Assembleia sejam bem vindos ao Parlamento açoriano.

(Aplausos da Câmara)

Vamos então dar início ao debate.

A Mesa já tem várias inscrições. Agradeço que se continuem a inscrever no entanto.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos aumentou consideravelmente o número de camas na ilha do Corvo, não só no único hotel da ilha, mas também ao nível do alojamento local. Cada vez temos mais empreendedores locais.

A procura superou todas as expectativas.

Nestes últimos anos aumentámos não só a oferta, mas também a qualidade. Houve um aumento significativo de visitantes e este foi sem dúvida um dos melhores anos de sempre para o Corvo, mas a verdade é que os turistas de passagem são mais do que aqueles que permanecem na ilha. Esta é também uma realidade que nos deve preocupar. Temos que apostar em estratégias e em mecanismos que atraiam os turistas a ficar mais tempo.

Tanto o Governo Regional como a Câmara Municipal têm investido e criado nestes últimos anos novos pontos de atração turística. Há alguns anos os turistas chegavam, visitavam o nosso *ex libris*, o Caldeirão, e vagueavam pela vila à espera da hora do barco.

Hoje em dia temos mais pontos de interesse turístico na ilha: temos trilhos pedestres, temos a casa do bote, o Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo, moinhos, chafarizes e uma atafona, todos eles requalificados.

Mas existe um tipo de turismo que tem ganho uma enorme relevância na ilha do Corvo, um turismo diferenciado: o turismo de observação de aves, o *birdwatching*.

Cada vez existem mais *birdwatchers* à procura do Corvo. Alguns a marcar alojamento com três anos de antecedência.

Este turismo que acontece devido à migração das aves acontece apenas durante o mês de outubro. Neste mês a ilha do Corvo enche-se de objetivas fotográficas. Estes são turistas que permanecem no mínimo duas semanas em que dão um forte impulso à economia quando o turismo de verão começa a terminar.

Neste sentido, gostaria de saber se o Governo tem previstas medidas para consolidar esta procura específica e de a promover de uma forma ainda mais abrangente?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não fez uma única perguntinha! Fez uma descrição dos pontos turísticos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Julgávamos nós que íamos fazer uma interpelação ao Governo Regional dos Açores da iniciativa do Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem observado!

O Orador: ... mas assistimos a uma comunicação do Governo Regional dos Açores a esta Assembleia.

No entanto, não deixaremos de colocar algumas questões à Sra. Secretária estando cientes com certeza que lhe faltará o tempo necessário para as respostas que se impõem a esta Casa.

Segundo os números do Observatório do Turismo este está a ser um bom ano para o Turismo nos Açores.

Diz o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que estamos a crescer a olhos vistos e que a aposta do Governo Regional foi a acertada.

Pois bem, há outra visão sobre esta matéria.

O CDS entende e reconhece que foi o esforço dos nossos empresários, dos trabalhadores do setor e dos açorianos que fizeram e fazem com que o nosso turismo ande para a frente apesar do Governo que temos. É a eles que se deve os números apresentados e não a qualquer aposta do Governo, porque, sejamos

sinceros, o Governo foi incapaz, na sua atuação, de ter um rumo para o turismo dos Açores.

O nosso turismo não cresceu por aposta deste Governo, mas, cresceu sim, apesar do Governo que temos.

Vem agora o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com esta interpelação e comunicação do Governo, procurar tirar dividendos políticos do esforço dos nossos empresários e dos nossos profissionais do setor que arriscaram, que acreditaram e que trabalharam para os resultados obtidos, quando todos nós sabemos que este Governo, em relação ao turismo, o que nos ofereceu e, pelos vistos tem para nos oferecer, é apenas uma gestão em cima do joelho e uma desorientação estratégica generalizada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Na verdade, só podemos entender esta interpelação se for para o Grupo Parlamentar do PS meter, nesta matéria, mão no Governo - mas, para isso, era preciso que esta maioria tivesse a capacidade de confrontar este Governo, o que não é de todo garantido - porque, de facto, bem precisamos de acabar com esta desorientação em matéria de turismo, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Mas se os Açorianos não podem contar com o Partido Socialista, como se viu até agora, podem com toda a certeza contar com o CDS para responsabilmente questionar a Sra. Secretária e o Governo.

Vejamos então.

No Plano Estratégico para o Turismo dos Açores - na sua versão mais recente e mais atual de uma estratégia que nunca saiu do papel - o Governo Regional diz ter como objetivo central a qualificação e desenvolvimento sustentável do setor do turismo; a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento da atividade turística como ferramenta de dinamização da economia de todas as ilhas e posicionar os Açores como um destino exclusivo de natureza exuberante.

Comecemos então pelo desenvolvimento sustentável.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pensei que era a natureza exuberante!

O Orador: Quanto mais tempo vai este Governo demorar, Sra. Secretária, a definir uma estratégia de proteção da pressão que *a procura* exerce sobre os nossos pontos turísticos, ...

Deputado André Bradford (PS): A gente já perguntou isso!

O Orador: ... e que pode, senão forem tomadas medidas, danificar o nosso património natural de forma permanente, Sra. Secretária Regional?

Por outro lado, sabemos todos que o desenvolvimento sustentável é também sustentabilidade social.

Sendo assim, vamos ver então como as políticas do Governo que o PS glorifica contribuíram para a criação de emprego no setor.

Se atentarmos no turismo tradicional, por exemplo, no mês de agosto deste ano, há apenas um acréscimo de mais 267 trabalhadores em toda a Região do que em igual período do ano passado (isto aqui são números vossos).

Disse, a 30 de junho, o Sr. Presidente do Governo, que existe uma “necessidade absoluta” de que o crescimento do turismo tenha como “prioridade e orientação” a criação de emprego.

Só agora, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo?

O que falhou nestes anos todos para que isso não fosse uma realidade já desde há muito tempo como foi noutros sítios?

Se não o conseguiram fazer até agora como o vão fazer no futuro se não têm estratégia?

Deputado André Bradford (PS): Foi a chamada crise económica e financeira nacional e mundial!

O Orador: Vamos ver agora a dinamização do turismo na economia das ilhas. Como se pode falar em desenvolvimento transversal do turismo em todas as ilhas quando em três ilhas se concentram 90% do turismo tradicional, Sra.

Secretária? Como pode falar nisso? Em todas as ilhas desenvolvimento transversal quando 91.7 do turismo está concentrado em apenas três ilhas que representa, com certeza, grande parte do turismo da Região e com quando 70% está concentrado em apenas numa ilha, Sra. Secretária Regional?

Outra questão, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Os senhores dizem que a nossa aposta é *o turismo da natureza*.

Quais são os apoios, por exemplo, que são concedidos ao alojamento local, Sra. Secretária Regional, que é um dos segmentos que garante ou pode garantir a melhor preservação paisagística, ambiental, social e cultural e a redistribuição dos proveitos do turismo nas economias das nossas ilhas?

Deputado André Bradford (PS): O que é que tem o alojamento local a ver com turismo?!

O Orador: Diz ainda o Governo que tem como objetivo que os Açores se posicionem como um destino exclusivo de natureza exuberante que vai deixar deslumbrado e com saudade o visitante.

Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: como é isso compaginável com a atual situação ambiental que se vive numa das ilhas dos Açores chamada ilha Terceira?

Acham que se pode considerar preservada uma ilha com solos contaminados?

Este Governo tem consciência que a complacência demonstrada nesta matéria e a incapacidade de resolver atempadamente o problema, para além de ser um desrespeito e uma irresponsabilidade perante o direito à saúde dos terceirenses e dos açorianos, vai trazer no futuro, se não for o quanto antes resolvida, consequências para a nossa Região como destino turístico?

Deputado André Bradford (PS): Eu ainda sou do tempo...

O Orador: O senhor é do tempo de deixar os outros falarem e de ouvir o que tem para ouvir.

O senhor é do tempo de estar aí caladinho para a gente falar e o senhor não interromper quem está aqui em cima como os outros não o fazem.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Está incomodado há muito tempo.

Acham, porventura, que isso apenas vai afetar a ilha Terceira?

Sra. Presidente!

Este Governo tem consciência que a complacência (vou repetir, Sr. Deputado Bradford, apesar das suas interrupções) demonstrada nesta matéria e a incapacidade de resolver atempadamente o problema da contaminação dos solos da ilha Terceira, para além de ser um desrespeito e uma irresponsabilidade perante o direito à saúde dos terceirenses e dos açorianos, vai trazer no futuro, se não for o quanto antes resolvida, consequências para a nossa Região como destino turístico?

Acham, porventura, que isso apenas vai afetar a ilha Terceira?

O Governo acredita mesmo que quando os nossos visitantes souberem da situação, vão deixar a nossa ilha deslumbrados e com saudade?

Este Governo continua a deixar que o problema da contaminação continue debaixo do tapete.

Pensam que ninguém o vê?

Pensam que ninguém se interessa?

Como vão fazer?

Vão decretar quarentena turística para a ilha Terceira e para os Açores?

Por quanto tempo, Srs. Membros do Governo?

10 anos? 20 anos?

Têm ideia das consequências para os Açores deste grave problema?

Têm ideia, Sra. Secretária, das consequências para a vida dos terceirenses e dos açorianos?

Têm ideia, Sra. Secretária, das consequências para a economia da ilha e para a economia da Região, Sra. Secretária?

São estas as perguntas que o Grupo Parlamentar do CDS deixa como uma verdadeira interpelação e perguntas que espera que sejam respondidas e espero que a senhora tenha tempo e não se refugie que “esgotou o meu tempo”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista está aqui para fazer uma interpelação ao Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Estava distraído!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para tecer loas!

O Orador: Nós estamos aqui porque não é só quando as coisas correm mal que o Partido Socialista acha que nós devemos refletir.

Devemos refletir, devemos discutir (e são meritórias todas as intervenções mesmo que não concordemos com elas), o Partido Socialista está aqui para refletir na altura em que as coisas estão a correr bem e hoje as coisas estão a correr bem em matéria de turismo...

Deputado Carlos Silva (PS): Apoiado!

O Orador: ... ao nível das dormidas, dos rendimentos e do emprego. Isto é algo que nos orgulha.

Mas nós não estamos aqui para saudar o Governo. Nós estamos aqui para interpelar e há matérias no caso da ilha de São Miguel, onde o turismo tem corrido bem, nomeadamente em zonas de interesse turístico onde há sobrecarga. Todos sabemos disso. O Partido Socialista não irá fugir a este assunto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E a pergunta que faz à Sra. Secretária é: o que é que pode ser feito (sei que já abordou isso na sua intervenção inicial) e o que é que vai ser feito no sentido de resolver esta matéria, de permitir a visualização e o usufruto destes espaços sem danificar ou sem prejudicar a nossa natureza?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista decidiu agendar uma interpelação ao Governo Regional sobre o turismo. O motivo para a escolha deste tema é óbvio: afinal os números são positivos e parece haver apenas boas dores crescimento, claro está.

Tudo isto seria motivo de celebração não fosse o facto das ditas dores de crescimento e todas as outras afetarem sempre os mesmos.

Na União Europeia, segundo dados do Eurostat a precariedade tem vindo a subir e nos Açores essa tendência também se confirma.

Dados estatísticos indicam claramente que a precariedade tem vindo a aumentar nos Açores.

Segundo o Serviço Regional de Estatística só em 2017 o número de trabalhadores com contratos a termo subiu 8,8% em relação a 2016 e o número de trabalhadores com contrato sem termo diminuiu 0,3%.

A precariedade está a aumentar nos Açores e isso é inegável.

Entretanto, de 2012 a 2016, os proveitos totais no setor do turismo subiram de 41 para 73 milhões de euros, uma subida de 40%, mas os trabalhadores, que são fundamentais para este crescimento, em nada viram a sua situação melhorada.

Do trabalho ilegal detetado nos Açores em 2016 pela Inspeção Regional do Trabalho, 43% teve origem no setor do turismo. Neste setor os abusos laborais, as horas extraordinárias infundáveis, as semanas consecutivas sem folgas prometidas para um amanhã que não chega, a precariedade e a pura ilegalidade são o dia a dia.

A Inspeção Regional do Trabalho é insuficiente e tardia, levando a que os abusos e a impunidade se perpetuem e se tornem a nova normalidade no setor.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Paradoxalmente o setor já obteve ao abrigo dos incentivos ao investimento, segundo dados oficiais, mais de 73 milhões de euros em apoios públicos desde 2014 e é de longe o setor privado que mais apoios recebe, o que revela que o Governo Regional aposta mesmo tudo no setor do turismo.

Falamos de dinheiros públicos e por isso estes apoios não podem ser de forma alguma um cheque em branco, mas em boa verdade ninguém pode acusar o Governo Regional de não ter um plano estratégico para o turismo. Existe um plano estratégico e de marketing, mas que simplesmente ignora quem trabalha no setor, no que diz respeito à sua valorização profissional, à estabilidade e desenvolvimento das suas carreiras e à sua formação profissional.

Quando ouvimos o Governo Regional falar de turismo, ouvimos falar de transportes, de acessibilidades, de turismo de natureza, de formação e de qualificação.

Ouvimos a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo afastar o fantasma da massificação do turismo, mas há um silêncio ensurdecido sobre medidas a tomar pelo Governo Regional para que o setor não cresça à custa de baixos salários, da precariedade e dos abusos laborais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Pensamos que é mais do que tempo de tomar medidas concretas para acabar com a precariedade laboral no turismo sob pena de em nada alterarmos a estrutura económica e social da Região, replicando e acentuado ainda no futuro as mesmas assimetrias do passado e do presente.

Perante este cenário impõem-se questionar o Governo Regional se está disponível para exigir às empresas apoiadas por dinheiros públicos para que estas tenham nos seus quadros pelo menos 75% de trabalhadores com contratos sem termo?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem! Grande estreia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor do turismo será reconhecido por todos fruto da procura que os Açores têm tido é já um pilar muito importante da nossa economia.

Se os dados estatísticos demonstram esse aumento seria injusto não realçar a aposta do setor privado, sendo notório os muitos investimentos ao nível de novas unidades hoteleiras e a criação de empresas de animação turística.

Se esta é uma afirmação que poucos contestarão não podemos esquecer o investimento público, em particular nas ilhas em que a economia é mais frágil, como é o caso da ilha das Flores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A decisão de através das Ilhas de Valor reabilitar a zona da antiga fábrica da baleia transformando-a num polo museológico, preservando-se a memória da caça à baleia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso foi há 20 anos!

O Orador: ... assim como a construção de um hotel de quatro estrelas e a entrega da sua exploração ao Inatel foi uma decisão acertada, pois para além de passarmos a dispor de uma oferta de um segmento que anteriormente não nos procurava, a ilha das Flores e os Açores passaram a ter uma divulgação que até então não existia.

A ilha das Flores para além do programa “Meus Açores, Meus Amores” está também abrangida pelos programas da própria Inatel que diminuem e atenuam a sazonalidade que em geral todo o destino sente.

A sua importância não se cinge apenas ao setor hoteleiro, uma vez que se estende a todo o setor, designadamente ao da restauração.

Será legítimo dizermos que esta foi uma aposta ganha, mas importará melhorar a oferta de animação turística em particular na época baixa e por isso permitame, Sra. Secretária, que lhe coloque a seguinte questão: que ações estão previstas implementar pelo Governo Regional para reforçar a oferta de animação turística na ilha das Flores?

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O turismo nos Açores apresentou no ano 2016 os melhores resultados de sempre na Região, superando o record obtido em 2007. Este ano de 2017 prevê-se que os números de turismo continuem a aumentar.

Depois de quase uma década de decréscimo do número de turistas, marcado por encerramentos de vários hotéis, despedimentos de muitos funcionários, originando grandes dificuldades para os empresários, felizmente há uma luz de esperança que renasce na indústria do turismo nos Açores.

Esta explosão de turismo que resulta essencialmente das novas obrigações de serviço público implementadas pela República, em 2015 com a vinda das companhias *low cost* para a Região e a consequente baixa de tarifas, assim como uma promoção exaustiva efetuada pelas mesmas companhias *low cost* através dos seus canais de marketing direto aos vários milhões de clientes, conseguiram dar uma visibilidade aos Açores como nunca tinha acontecido antes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Durante a última década, e muitos milhões gastos pelo governo açoriano em promoção, a verdade é que a maioria dessas ações se revelaram infrutíferas e se traduziram em prejuízos e operações falhadas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria de perguntar à Senhora Secretária qual o valor gasto em promoção pelo Governo Regional na última década.

Os transportes existem sem turismo, mas o turismo não existe sem transportes. Depois de anos de teimosa negação à redução de tarifas, e à vinda das *low cost* para os Açores, o governo socialista embora com alguma relutância inicial, converteu-se aos benefícios destas empresas de baixo custo e aplaude agora com convicção efusiva a vinda das *low cost* para a Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos aguardam poder aplaudir também a redução substancial das tarifas inter-ilhas e uma maior e melhor distribuição nos reencaminhamentos para que a sazonalidade reduza, incrementando o turismo em época baixa e proporcionando um melhor equilíbrio da economia do sector em todas as ilhas, tanto mais que agora essas obrigações de serviço público passarão a ser subsidiadas pela República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Esta é uma boa notícia para os Açorianos. E já que estamos em maré de boas notícias há outra excelente notícia que poderá ser um marco na consolidação do mercado turístico norte americano.

Recentemente foi noticiado que a Delta Airlines vai passar a ligar os Açores a Nova York o que é sem dúvida importante para a Região ter uma alternativa ao Grupo Sata no destino Estados Unidos, tendo em conta a quantidade de problemas que esta rota tem tido com a operação Azores Airlines.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O mercado da saudade, associado ao grande potencial dos 360 milhões de Americanos, nomeadamente a Costa Leste em que os invernos são bastante agressivos, poderão encontrar nos Açores um destino de férias ameno no período de época baixa, que venha colmatar de alguma forma a grande escassez de turismo nestas ilhas durante o inverno.

Está na hora de começar a consolidar o destino Açores, a fidelizar clientes e a estruturar e intensificar a promoção da vertente ecológica da oferta, junto dos turistas que gostam de destinos de natureza como é o caso da nossa Região.

Hoje alguém escrevia num jornal o seguinte:

“O segmento do mercado do ecoturismo abrange anualmente, cerca de 5 milhões de viajantes, provenientes dos Estados Unidos da América, o principal mercado emissor para este tipo de turismo.

O segmento do ecoturismo é o único que, a nível mundial, tem tido taxas de crescimento sustentado entre os 10% e os 15%, sendo por isso a aposta certa para os Açores.

O ecoturista é muito diferente dos outros turistas pela valorização que dá ao ambiente e à sua preservação, e pela forma como gosta de, também ele, participar e contribuir para a conservação do meio que visita.

Sendo a ONU o organismo que tem liderado a certificação dos destinos de ecoturismo a nível internacional, os Açores já têm uma posição privilegiada no conhecimento internacional das suas belezas naturais.

No entanto, o reconhecimento do Destino Açores pelas principais comunidades de ecoturistas ainda não é efetivo; qualquer busca que se faça na internet, em inglês, francês, alemão, sobre destinos de turismo de natureza, não apresenta os Açores como destino a explorar.” Fim de citação.

Deputado André Bradford (PS): Isso foi o Osvaldo Cabral?

O Orador: Não sei que tipo de promoção se fez durante anos consecutivos e onde se gastou tantos milhões e continuamos apagados da Internet.

Há 5 milhões de ecoturistas que estão a meio dia de viagem dos Açores, temos uma das maiores e mais credíveis companhias aéreas a iniciar voos regulares para esta Região. É uma oportunidade única que tem de ser bem aproveitada.

No entanto, verificamos que aparentemente não foi acautelada a possibilidade das ligações dos voos Delta Airlines a todas as ilhas dos Açores em voo corrido, ou seja, no mesmo bilhete aéreo.

Ainda hoje consultei o site e a resposta é negativa.

(Neste momento, o Orador mostra um gráfico à Câmara)

O que diz aqui é: *No interline agreements for each career.*

O que quer dizer que não existe acordos interline.

Porque será que não existe acordos interline com a Sata? Será que a Sata vai ter uma atitude de birra, de menina mimada, e que vai dificultar as ligações à Delta só porque se sente ameaçada?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso não é novidade, porque já foi feito outras vezes.

Isto parece a história das duas formigas que encontram o elefante lá no seu território e uma das formigas arrogantes diz – vou-te morder. O elefante riu-se. A formiga sensata pergunta ao elefante, dás-me um boleia? É que em cima das tuas orelhas eu consigo ver mais longe e podemos formar uma equipa.

A história é para crianças. As crianças entendem a moral da história. O grupo Sata parece que não.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Será que mais uma vez todas as restantes ilhas dos Açores vão ser penalizadas porque o grupo Sata tem um concorrente e não lida bem com isso? Concorrente este, que também é resultado do desprezo a que foi votado o destino Norte Americano e os seus milhares de passageiros, pelo péssimo serviço da Azores Airlines nos últimos anos, gerando centenas de reclamações dos clientes?

Péssimo serviço este acobertado pelo Governo dos Açores, e pelos dinheiros públicos de todos os Açorianos?

Esta é uma oportunidade para se redimirem. Esta é a oportunidade para o Governo dos Açores unir esforços entre o grupo Sata e a Delta Airlines de forma a que se pratiquem ligações a todas as ilhas da Região e todos possam beneficiar de condições e tarifas idênticas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É urgente acautelar as ligações a todas as ilhas dos Açores, porque há ilhas que o necessitam, porque apesar de o crescimento ter sido acentuado em todas elas, há o caso da Graciosa e Santa Maria, em que não conseguiram acompanhar a média regional, e a ilha do Faial QUE este ano até ao mês de Agosto estagnou o número de dormidas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e até a ilha do Corvo que diminuiu o número de turistas. É necessário, uma atenção especial para perceber o que falhou nestas ilhas e corrigir. Harmonizar o crescimento das ilhas é essencial.

Poderiam, pois, começar por uma melhor promoção dos encaminhamentos gratuitos.

O Observatório de Turismo num dos seus estudos que estão no seu site, afirma que 85% dos turistas que nos visita não tem conhecimento dos encaminhamentos gratuitos.

O que fez o Governo Regional para promover os encaminhamentos gratuito de forma a que todas a ilhas tenham uma melhor equidade na distribuição dos turistas que chegam à Região?

Esta é uma questão que fica para a Senhora Secretária.

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma pergunta!

O Orador: É urgente melhorar a sinalização turística ou criar sinalização nova, já que esta não existe em praticamente todas as ilhas dos Açores.

Em S. Jorge a velha sinalização em alumínio, que havia e nem era má de todo, foi arrancada há uns anos e não substituída, ainda recentemente vi parte dela a fazer um tapume num quintal de um funcionário público. Estava em excelente estado. Quem estava a usufruir dela era umas galinhas.

Os privados investiram, fizeram o seu trabalho de casa, mas o governo esqueceu-se dos seus deveres, acham que uma tabuleta de sinalização é irrelevante. Não é uma, Srs. Deputados, não é uma, Sra. Secretária, são milhares que estão em falta.

Há falta de mão de obra especializada.

A sensibilidade do setor do turismo e a fragilidade do mesmo, por ainda se encontrar em fase pouco mais que embrionária, obriga a que todos os cuidados sejam poucos para que a imagem que o turista leve da Região seja de um bom

serviço para recomendar e regressar. Há um grande trabalho a ser feito e é necessário investir seriamente na formação, tanto de novos profissionais como em requalificação de ativos, pois só assim é que será possível garantir uma boa imagem dos Açores.

Senhora Secretária já mencionou que irá ser feita alguma requalificação dos ativos, no entanto, não ouvi qualquer palavra sobre o envolvimento das escolas profissionais, se vão abrir novos cursos, serão os profij das escolas básicas indicados para assumir essa necessidade? As Câmaras do Comércio vão ser parte integrante da solução ao serem auscultadas nesse processo?

Há outro assunto, que poucos gostam de falar, mas que é de justiça social mencionar. Os trabalhadores do sector do turismo são mal pagos. É uma realidade.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar connosco?

O Orador: Há muito trabalho precário. Há uma grande sazonalidade. Atualmente, não é muito compensador trabalhar no turismo nos Açores.

Até aqui era compreensível, perante as dificuldades que o sector passou, os passivos e prejuízos acumulados não permitiam uma melhoria, os trabalhadores acomodaram-se a esta situação numa atitude responsável de cooperação com as suas empresas. O Contrato Coletivo de Trabalho não é alterado há algum tempo.

Agora com esta grande melhoria, há que pensar em também melhorar as condições salariais desses trabalhadores, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a dizer isso a si próprio ou é impressão minha?

O Orador: ... e o Governo poderá intermediar junto das empresas a renegociação do Contrato Coletivo de trabalho do sector do turismo para a Região.

Para captarmos mais e melhores profissionais no turismo há que tornar o sector atrativo e compensador a nível salarial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas recentes declarações do presidente do grupo parlamentar do PS o mesmo lembrava e passo a citar “a captação de turistas deixou de ser a preocupação e a título de exemplo referiu alguns desafios como a sustentabilidade ambiental, entre outros...”. Fim de citação.

A minha pergunta que eu faço à Senhora Secretária é: para si a captação de turistas também deixou de ser a preocupação? A semana passada ouvi as suas declarações no congresso dos cerca de 500 agentes de viagem britânicos em Ponta Delgada e pareceu-me que continua preocupada com a captação de turismo.

Se a captação de turistas deixou de ser a preocupação, porque continuar a investir 90% das verbas disponíveis no plano para o turismo em promoção e somente 10% em qualificação?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso consta na proposta do plano para 2017 e mantém-se na proposta de 2018.

Regiões Turísticas como a Madeira e as Canárias entre outras estão sempre em constante captação de mercado. Há que filtrar, consolidar. Até na natureza são feitas filtragens... as baleias abrem a boca, captam tudo e filtram o plâncton.

Nos Açores absorve-se tudo desde que as estatísticas aumentem. Mesmo correndo o risco de trocar o incerto pelo certo.

Consideramos que é importante a captação constante de nichos de mercado de acordo com as nossas ofertas, para uma melhor rentabilização das mesmas. Devido à nossa pequenez é essencial que a escolha e o possível condicionamento dos turistas que nos visitam seja feito no sentido de uma maior rentabilidade do destino associado a uma maior preservação do mesmo.

Senhora Secretária, antes de terminar esta intervenção gostaria de deixar três perguntas referentes à ilha de S. Jorge.

O que pretende fazer para ajustar o número de lugares aéreos nos voos para S. Jorge de acordo com as necessidades da ilha?

Deputado André Bradford (PS): O senhor está enganado na tutela!

O Orador: Não estou a pedir mais lugares na totalidade, mas sim um ajustamento de disponibilidade. O verão foi caótico, com uma oferta muito desajustada da procura.

O que pretende fazer no posto de turismo da ilha, localizado nas Velas?

A sala de boas vindas ao turista que devia primar pela qualidade de imagem e de serviço, passa pelos postos de turismo, e no caso das Velas de S. Jorge, eu não tenho qualquer dúvida em afirmar que há currais de ordenha com melhores condições.

É uma vergonha a imagem daquele espaço, por muito simpáticos que sejam os funcionários, por muito prestáveis e eficientes que tentem ser, não conseguem colmatar a pobreza do espaço.

Há situações incompreensíveis nos dias de hoje, como é o caso da falta de mapas impressos dos trilhos da ilha de S. Jorge. Qualquer empresário sabe que a impressão gráfica é muito mais económica e tem muita mais qualidade do que as fotocópias, menos o Governo. E os funcionários com vergonha vão dando

fotocópias de má qualidade aos turistas que aparecem, e esta situação mantém-se há anos.

No aeroporto estão os funcionários do turismo dentro de um espaço minúsculo tipo gaiola de pássaros, e nem um telefone têm para auxiliar um turista que peça um táxi ou ajuda num hotel.

São os próprios funcionários, alguns estagiários com míseros ordenados que utilizam os seus próprios telemóveis na preocupação de ajudar os turistas e dar uma boa imagem da ilha.

Nunca faltou orçamento para realizar jantares de 200 mil euros na Bolsa de Turismo e a levar vacas para as rotundas de Lisboa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e até para fazer uns caixotes de criptoméria que chamam de *Kiosque pop craft*, espalhados por todas a ilha e que em S. Jorge serve essencialmente para os pombos e melros estacionarem, porque de *craft*, só vi lá uma vez uma senhora idosa, artesã, embrulhada num xaile, morta de frio, a expor os seus bordados, e jurou para nunca mais, tal foi a pneumonia que apanhou.

Aquela estrutura concebida por arquitetos e com um design arquitetónico e artístico resultado de um concurso do Governo dos Açores, por muito valioso que seja, ou pretenda ser, não veda sol, nem frio e muito menos chuva.

Obriga a que os artesãos levem os seus artigos e os recolham ao final do dia, e suportem todas as intempéries que o nosso clima oferece. Esse foi um dos grandes contributos para o artesanato de S. Jorge. Consta que aquela meia dúzia de tábuas de criptomérias custou 25 mil euros, pois a ser verdade, na minha modesta opinião, teria sido muito mais bem empregue numa renovação do Posto de turismo, e tem lá espaço para o artesanato ser exposto com o benefício de os respetivos artesões estarem com as orelhas abrigadas.

Senhora Secretária, foi anunciado recentemente a disponibilização do Roteiro dos miradouros pela Senhora Secretária dos Transportes e Obras Públicas, eu reconheço que a posição da Senhora Secretaria do Turismo é muito delicada, porque apesar de ter o turismo a seu cargo, os transportes não estão na sua alçada, os miradouros também não, os museus e património muito menos, a senhora tem de ser muito diplomata e lidar com os seus colegas com muito jeitinho, porque caso os aborreça fica com os turistas nos braços, sem transportes, sem miradouros, sem museus nem acesso ao património, sem formação profissional, resta-lhe os parques naturais e ambiente que neste momento estão bastante conspurcados pelo excesso de carga e descarga dos turistas. Não lhe invejo a sua vida.

Em relação ao miradouro das Velas, é sem dúvida o mais visitado da ilha e é também o que se encontra em piores condições de higiene. Não vi qualquer menção à melhoria do local. Vai ser intervencionado, vão ser construídas instalações sanitárias lá bem como em todos os outros miradouros da ilha da responsabilidade da Região? Com o aumento substancial de turistas os miradouros vão se tornando mictórios públicos com as consequências sanitárias que daí advém.

Há claramente uma necessidade de infraestruturação de vários miradouros e espaços públicos por toda a Região que em muitos casos não tem o mínimo de condições para receber a quantidade de turistas que nos está visitando.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem agora a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 1924, Raúl Brandão, escritor, pintor e impressionista escrevia no seu livro “As ilhas desconhecidas” e cito: “O Pico é a mais bela, a mais extraordinária ilha dos Açores, de uma beleza que só a ela lhe pertence, de uma cor admirável e com um estranho poder de atração. É mais do que uma ilha, é uma estátua erguida até ao céu e moldada pelo fogo, é outro Adamastor como o Cabo das Tormentas.” Fim de citação.

No âmbito do roteiro sobre o setor do turismo que estivemos a desenvolver nas últimas semanas ficaram evidentes as potencialidades que a ilha do Pico tem neste setor. Confirma-se que a estratégia definida e implantada pelo Governo dos Açores, o empenho, a mestria e a dinâmica empresarial existente na ilha do Pico têm sido decisivas no desenvolvimento e na promoção.

Os dados estatísticos também mostram que a ilha do Pico é um destino bastante procurado, atrativo e genuíno. No entanto, ainda temos um longo caminho a percorrer visando o aumento de fluxo turístico enquadrado na sustentabilidade da qualidade ambiental da ilha.

A intensificação da atividade turística veio criar o novo desafio a que todos (Governo dos Açores, Municípios do Pico, empresários, profissionais e agentes do setor) devemos responder.

Em conjunto podemos contribuir para a qualidade dos serviços prestados, para a qualificação e formação dos trabalhadores do setor e para a preservação da nossa paisagem de natureza.

Neste âmbito em concreto, Sra. Secretária, o parque natural da ilha do Pico tem 22 áreas protegidas, todas de visitação, umas mais que outras naturalmente, e a questão que lhe coloco é de que forma é que entende que existe necessidade de assegurar uma visitação sustentada?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo os números favoráveis certamente pareceu certo ao Governo e ao Partido Socialista ser esta a altura ideal para realizar uma “interpelação” sobre Turismo, talvez para fechar o ciclo de festas de Verão nos Açores. Digamos que a genialidade política não é realmente digna de registo mas conta por certo com a satisfação geral de verificarmos o crescimento de uma atividade económica da nossa Região. Não se iluda, contudo, o Governo e o Partido Socialista sobre tal satisfação nos levar a abdicar da grande responsabilidade de uma permanente, atenta e criteriosa análise dos resultados desta política de desenvolvimento da atividade turística na Região e das suas implicações.

Não dispondo do tempo necessário para exaustivamente chamar à discussão tudo aquilo que julgamos imprescindível discutir neste âmbito, não podemos contudo deixar de referir algumas destas questões cuja ponderação e análise terá obrigatoriamente de ser feita.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que vemos como muito positivo e apreciamos o crescimento verificado no turismo neste último Verão IATA, é fundamental, porém, que tal crescimento estimule, incentive e promova o crescimento de outras atividades económicas fundamentais, contribuindo para a sua futura sustentabilidade.

Apostar no turismo significa também apostar na promoção e divulgação da nossa gastronomia e tal aposta só pode ser séria, genuína e sustentável se o produto gastronómico final tiver por base os ingredientes e produtos típicos e genuinamente açorianos que lhe conferem a especificidade, características e paladares únicos.

É por essa razão que a Representação Parlamentar do PCP apresentou a esta Assembleia o Projeto de Resolução n.º 30/XI recomendando o reforço dos apoios à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos e que ainda se encontra em tramitação, e que esperamos venha a merecer aprovação.

Aproveitar o crescimento e procura turística da nossa Região para incentivar a produção, dar a conhecer e promover o consumo dos nossos produtos de qualidade, desde os lacticínios à carne, desde o peixe e o marisco até à nossa hortifruticultura, junto de turistas oriundos de mercados muito diversificados, para além do efeito imediato na economia e na vida das nossas populações, abre perspectivas de mercado que ofereçam algumas garantias de sustentabilidade futura em caso do decréscimo da atividade do sector turístico. É que nem precisamos sair do nosso País para termos exemplos negativos e de sobra quanto a isso. Recomenda-nos o bom senso que aprender com os erros alheios e prevenirmos os nossos é sempre melhor que remediar.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Salientar o aspeto positivo de que se reveste o crescimento turístico verificado na nossa Região implica necessariamente uma análise séria e rigorosa da distribuição desse crescimento nas nove parcelas que a compõem.

Ainda que mesmo sem números exatos acerca do Verão IATA que ora termina, basta um olhar mais atento quer no tipo de promoção turística da Região, quer no modelo escolhido de aposta em apenas duas das cinco Gateways existentes como portas de entrada e saída dos fluxos turísticos, para facilmente percebermos, que o propalado desenvolvimento harmónico dos Açores continua a servir de bandeira da propaganda, mas que de facto, quanto a desenvolvimento harmónico, há caso e casos e alguns açorianos continuam sendo bem mais “harmónicos” que outros.

Aspeto que não é de somenos importância e que importa refletir seriamente é sobre que tipo de turismo se pretende para a Região, se a aposta em nichos de

mercado específicos se uma massificação desordenada com a retenção de determinado tipo de turismo apenas nalguns centros e a distribuição de fluxos de turismo sobretudo nas designadas ilhas mais pequenas de outras que muitos casos de turistas permanecem apenas a ter o nome e que aproveitando uma política de venda de destino Açores a baixo preço para os consumidores turísticos trazerem por arrasto também um tipo de investidores e consumidores cujo alojamento local já nem são os incipientes parques de campismo existentes, mas palheiros sem o mínimo de condições e dignidade que segundo conseguimos apurar começam nalguns casos a preocupar e a tocar a raia da ilegalidade.

Festejar e salientar apenas os números do crescimento turístico, assobiar para o lado e fechar os olhos a estas outras realidades, não é certamente a forma correta de abordarmos o assunto, muito menos será o modo de preservarmos e valorizarmos a oferta turística e o filão que tal representa e que se deseja continue por muitos e longos anos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apostar no crescimento do sector do turismo como fator de desenvolvimento implica que a sua gestão tenha sempre presente a necessidade de preservação e defesa do meio ambiente, nomeadamente das nossas imensas e variadas riquezas paisagísticas. Exige-se que os proventos derivados da atividade turística contribuam de modo significativo para a preservação do nosso património e sobretudo para a divulgação e enriquecimento e dinamização da nossa cultura. Quanto a este último aspeto quero salientar que é de facto esta a razão de ser do nosso Projeto de DLR n.º 9/XI que promove a primeira alteração ao SIDART, visando mais apoios ao artesanato com produtos locais e que se encontra ainda em tramitação.

Quanto ao papel e à importância que outros agentes culturais podem e devem ter na divulgação da nossa cultura e na dinamização turística, exemplos

felizmente não faltarão na generalidade das nossas ilhas e que o espetáculo teatral de rua levado a cabo no passado mês de Agosto no Porto Velho em Santa Cruz das Flores pelo Grupo de Teatro a Jangada com a colaboração musical de elementos da Filarmónica de N^a Sra^a dos Remédios da Fajãzinha, de alguns artistas profissionais convidados e apoio do Clube Naval das Lajes das Flores, intitulado “As Flores no Tempo dos Piratas” é um excelente exemplo daquilo que deve também fazer parte da nossa oferta turística e que é a nossa cultura. Tal, deve-nos levar a refletir seriamente sobre a necessidade de prestar maior atenção às necessidades diárias destas coletividades mas sobretudo à necessidade de apoiar e incentivar estas e mais iniciativas deste tipo.

Aspeto fundamental do nosso património coletivo e da nossa cultura, são as nossas Igrejas e o seu valioso património de arte sacra. São hoje bem conhecidas as dificuldades que sobretudo por razões demográficas muitas paróquias da nossa Região vão sentindo na adequada manutenção deste valioso património, para já não falar na impossibilidade de manter portas abertas de forma a permitir que os turistas quer por razões religiosas, quer por razões de natureza de mero interesse artístico as visitem, apreciem e contribuam para a sua manutenção. Abrir um diálogo franco, aberto e sério com a Diocese de Angra e os seus responsáveis máximos, de modo a protocolar circuitos que não só divulguem aspetos histórico-religiosos das diversas igrejas e a arte-sacra nelas existentes, garantir a sua proteção e fazer que a atividade turística canalize também alguns dos indispensáveis meios financeiros que ajudem à sua preservação e manutenção, julgamos ser aspeto muito importante a levar a cabo. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar do desenvolvimento do turismo na Região sem que os efeitos positivos sejam realmente sentidos pelas populações, nomeadamente através de uma melhoria do nível e da sua qualidade de vida e, pelo contrário, restringir em função do turismo o acesso a cuidados elementares e básicos dessas populações,

para além de não fazer qualquer sentido é de todo contraproducente e inaceitável.

As dificuldades, restrições e mesmo impedimentos com que os açorianos das designadas ilhas mais pequenas foram brindados neste último Verão IATA nas suas deslocações inter-ilhas, muitas vezes por necessidades de saúde, obrigam a uma reflexão muito séria sobre os efeitos da atual política ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... de desenvolvimento do turismo para a generalidade da população.

Não deixaremos aqui que passe em claro que muitos açorianos que por motivos de saúde fizeram deslocações inter-ilhas neste Verão e foram forçados, devido a indisponibilidade de lugares na SATA Air Açores, a prolongar as suas estadias vários dias fora das suas ilhas também contribuíram, mas à força, para as estatísticas com que o Governo e o Partido Socialista tanto se orgulham em demonstrar.

Tal como hoje o CFMU (Unidade Central de Gestão de Fluxos) localizada em Bruxelas, recorrendo aos dados previsionais fornecidos pelos agentes de viagem, operadores turísticos companhias aéreas e demais entidades e intervenientes ligados à procura e utilização do transporte aéreo, faz a gestão dos fluxos de Tráfego Aéreo na Europa e nalguns países limítrofes com a antecedência necessária e o rigor exigível que permite evitar congestionamentos e rentabilizar assim o uso do espaço aéreo e dos aeroportos europeus, também é, não só possível como exigível e necessário que o planeamento dos voos da SATA Air Açores comece a ser efetuado já para o próximo Verão IATA com base em iguais critérios testados e comprovados para que se evitem de todo as situações deploráveis a que assistimos no Verão IATA que ora termina.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine que já esgotou o seu tempo.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

A política de desenvolvimento do turismo nos Açores assenta sobretudo na venda do destino Açores a preços de saldo utilizando sobretudo as companhias Low-Cost e a SATA para indiretamente as subsidiar, mesmo que isso ponha em risco o futuro desta empresa pública regional. Quanto aos demais incentivos bem pode o Governo dizer o que lhe apetecer, mas chegará o dia em que contas feitas, do deve e do haver, ficaremos a saber se o crescimento do fluxo turístico que estas potencialmente criaram para a Região, resultou de facto algum benefício financeiro ou se fomos nós que andámos todos a pagar para que os acionistas das mesmas ficassem mais ricos e os turistas nos visitassem. Que mais não seja senão a História, ela será implacável nesse julgamento.

Mas hoje e perante as convulsões, para muitos preanunciadores do fim deste tipo de companhias e que citamos a título de exemplo a falência da *Monarch* (deixando ao abandono e sem qualquer proteção centenas de milhares de passageiros com os seus bilhetes pagos), a venda à pressa da *Air Berlin* à *Lufthansa*, os problemas porque passa a *EasyJet* (que o abandono da rota Açores até nos diz diretamente respeito) e as convulsões públicas e já ineludíveis na *RyanAir*, leva-nos obrigatoriamente a questionar qual é a alternativa que o Governo Regional tem no caso de implosão deste modelo das Low-Cost que cada vez maior número de entendidos na matéria preveem que mais cedo que tarde venha a acontecer?

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: A gestão que este Governo faz da SATA faz-nos recear o pior!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num dos últimos plenários parece-me que chegámos ao entendimento no sentido de que quando fosse ultrapassado o tempo atribuído a cada partido nós fôssemos informados de quanto tempo a mais foi usado pelo partido em questão.

Neste caso parece-me absolutamente evidente que a ultrapassagem foi larga, portanto, eu gostava de obter essa informação da Mesa.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Quatro minutos foi o tempo ultrapassado.

Sra. Deputada Isabel Quinto tem agora a palavra.

(*) **Deputada Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após a reflexão levada a cabo pelos deputados da ilha Terceira relativo às visitas que durante as últimas duas semanas nos puseram em contacto direto com empresários do setor do turismo da ilha verificámos que a estratégia do Governo tem sido a adequada. Disso é exemplo o aumento registado no número de passageiros desembarcados que no mês de setembro foi 16,8% e também o crescimento no número de dormidas que no caso do alojamento local aumentaram mais de 200% no primeiro semestre deste ano. Para tal tem contribuído a abertura do espaço aéreo aos voos low cost e charter.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quanto aumentou? Não ouvi!

A Oradora: Convém contudo continuar a implementar estratégias de melhoramento das acessibilidades de forma a garantir a continuidade deste verdadeiro fenómeno a que estamos a assistir.

O recente *boom* verificado no turismo deve-se também ao papel essencial dos próprios empresários no desenvolvimento dos seus negócios graças ao brio e

empreendedorismo que dão prova diariamente, mostrando simultaneamente abertos a novos investimentos e a parcerias nalguns casos essenciais para que haja renovação e adaptação constantes, de modo a que não se verifique a estagnação do setor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Constatamos igualmente que devido ao aumento registado cresceu a necessidade de mão de obra, sendo preciso apostar na qualificação da mesma para garantir a qualidade da oferta que se quer diferenciada.

Consideramos ser indispensável a consolidação do setor de forma a garantir a sua sustentabilidade numa altura em que se verifica a diminuição da procura característica da época baixa.

Consequentemente gostaria de perguntar à Sra. Secretária qual a estratégia prevista para dar continuidade à imprescindível diminuição da sazonalidade?

Obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada.

A Sra. Secretária vai ter de imediato a oportunidade de responder.

Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentar responder pela ordem das interpelações de forma a manter aqui a justiça que preocupa o Sr. Deputado Artur Lima.

Começando então pela questão colocada pelo Corvo relativamente ao investimento no turismo ornitológico.

Como sabemos a posição geográfica da Região privilegia-nos na medida em que nos coloca precisamente no ponto de passagem privilegiado para os primeiros avistamentos de aves. Associado a esse facto a nossa riqueza de

avifauna e a nossa singularidade criam de facto condições ímpares para o desenvolvimento do turismo ornitológico.

Neste âmbito temos vindo a desenvolver diversas atividades, inclusivamente um código de boas práticas de observação de aves. Está em desenvolvimento um guia de observação e roteiros interpretativos por espécies e por habitats e ainda este ano, em abril, foram realizados cursos técnicos de turismo ornitológico que permitem dotar os operadores do conhecimento e das ferramentas necessárias para o desempenho das suas atividades, transmitindo aos turistas as informações adequadas para a interpretação deste turismo em concreto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao Corvo e em especial, neste momento está a ser desenvolvido um projeto que passa pelo desenvolvimento de conteúdos para o centro de interpretação de aves no Corvo que irá ocupar o espaço onde hoje se encontra os serviços de ambiente desta ilha, que entretanto serão relocizados, e no início do próximo ano chegarão às Flores e ao Corvo neste âmbito cursos de guias de parques naturais, abrangendo assim todas as ilhas do arquipélago nesta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima que nós hoje já tínhamos conhecido literalmente pela imprensa regional gostaria de reforçar o que disse na minha intervenção inicial.

O Governo reconhece efetivamente o grande mérito da iniciativa privada nesta matéria, quer a privada, quer também a associativa. Sem eles esta dinâmica do turismo não teria sido possível. Tal como não teria sido possível sem eles, sem o papel do Governo Regional dos Açores também não.

Estamos longe, por diversas razões, de ter um mercado a funcionar sozinho e por isso o papel do Governo Regional é aqui imprescindível. A estratégia

implementada passa por muitas áreas como é possível verificar, desde logo com incentivos ao investimento, a questão das acessibilidades, o nosso posicionamento estratégico como um turismo lançado na natureza, entre tantos outros.

Não reconhecer isto, Sr. Deputado, é não querer ver.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente àquilo que refere no âmbito do turismo sustentável eu aproveito para responder juntamente com a questão colocada pelo Sr. Deputado Francisco César no que diz respeito às questões das cargas que efetivamente reconhecemos que estão a existir.

O crescimento do turismo nos últimos dois anos efetivamente criou aqui algumas pressões e por isso importa assegurar mecanismos de requalificação e preservação dos principais espaços com vocação para o recreio e para o lazer. Gerir esta procura nas áreas ambientalmente sensíveis, como sejam as áreas protegidas, os geo sítios, a rede de parques florestais, a rede de percursos pedestres, os miradouros, as zonas balneares com o propósito de assegurar a sua preservação ambiental e paisagística.

Está a ser realizado um trabalho conjunto com várias secretarias com pelouros nesta matéria como referido, com estratégias de atuação em locais onde já tem sido verificado maior pressão antrópica por via da atividade turística, como é o caso dos miradouros da Vista do Rei, do Pico do Ferro, da Lagoa do Fogo, entre outros. Estes espaços exigem efetivamente uma intervenção a curto prazo, quer no sentido da sua requalificação, quer dotando de valências que atualmente não possuem, ou têm constrangimentos, como acontece com a capacidade de estacionamento.

Para outros as intervenções destinam-se a dotá-los de infraestruturas de recreio e lazer, eventualmente com valências comerciais, bem como a criação de novos locais de interesse turístico, de novos miradouros contemplativos da paisagem

com o objetivo de expressar o fluxo turístico e como tal contribuir para a preservação dos existentes.

Relativamente às questões da sustentabilidade ambiental muito importante também para nós, é importante ter atenção o seguinte.

As despesas com pessoal na hotelaria tradicional aumentaram de pouco de 17 milhões de euros de 2014 para 23 milhões de euros em 2016, um crescimento de 37% em dois anos.

Em 2017, de janeiro a agosto, tem já um crescimento de 21%. Note-se também que em 2016 64% das empresas de alojamento, restauração e similares eram microempresas com volumes de negócios inferiores a 150 mil euros.

É preciso reconhecermos que se trata aqui de uma evolução recente em que se impõe a necessidade de consolidação do setor e este tema passa muito também, naturalmente, pela valorização das profissões na qual temos apostado com iniciativas concretas, mas que não se faz nem por decreto, nem de um ano para outro e também pela qualificação da oferta que nos permita posicionar num segmento de valor que depois dê margem para que possam ter serviços à altura e assim praticar preços mais altos, porque somos naturalmente sensíveis à importância da distribuição equilibrada dos rendimentos gerados na economia açoriano pelo setor turístico.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford (PS): muito bem!

A Oradora: Relativamente há menção de que três ilhas concentram 90% da hotelaria da tradicional, pois bem elas concentram também 88% da população.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O argumento é esse?

A Oradora: Convinha vermos todos estes números nos seus locais devidos.

Relativamente a turismo de natureza, Sr. Deputado, o que é que o alojamento local tem a ver com o mesmo?

Talvez fosse aqui mais relevante falarmos de turismo em espaço rural, esse sim bastante caracterizador desta oferta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao alojamento local nós temos hoje 7,8 mil camas nesta tipologia de alojamento sem incentivos e se o temos é porque o mercado está a funcionar e se o mercado funciona o Governo não precisa de colocar ...

Peço desculpa, mas estou a falar!

Se o mercado consegue por si criar esta dinâmica, porque é que há de o Governo desestabilizar este equilíbrio que o mercado por si consegue gerar?

Note-se que o alojamento local pesa hoje 39% da nossa tipologia de alojamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Continua a apoiar hotéis por 500 mil euros o quarto!

A Oradora: Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima é importante termos presente que ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... o PEMTA não ignora o fator humano, muito pelo contrário, enfoca bastante a necessidade da sua qualificação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é uma resposta?

A Oradora: Relativamente à questão colocada muito em concreto à ilha das Flores ...

Deputada Zuraída Soares (BE): É a sua resposta!

A Oradora: É.

Relativamente à questão colocada sobre a ilha das Flores efetivamente o programa que tem sido desenvolvido de turismo sénior designado “Meus Açores, Meus Amores” é de facto um programa que tem levado às diversas ilhas um número considerável de visitantes.

Estamos a falar de um programa que se dedica aos residentes com mais de 60 anos que tem uma dupla função: ao mesmo tempo que tem uma função social, também assegura a dinamização da economia regional nas épocas baixa e média

da atividade turística, abrangendo todas as ilhas, programa este que o Governo pretende naturalmente continuar a desenvolver.

Note-se que para este programa são adquiridos em todas as ilhas serviços de alojamento, alimentação, animação, excursões, com uma despesa que é suportada entre a Secretaria Regional da Segurança Social e Energia, Ambiente e Turismo.

Para termos uma ideia, em 2017 este programa contemplou 950 participantes distribuídos por todas as ilhas com um investimento de cerca de 500 mil euros correspondente a 6 mil dormidas.

Relativamente ainda à questão das Flores numa fotografia que ainda é específica da ilha, mas que também é extensível ao restante arquipélago mais uma vez importa reforçar aqui a capacidade privada que tem sido notada com a criação de empresas de animação turística para o total dos Açores, quer em termos das empresas dedicadas à componente terrestre, quer marítima. Desde 2015 tivemos um crescimento de 39% o que corresponde hoje a 337 empresas a operar neste setor e destas note-se 60% são empresas com cinco anos o que também revela a dinâmica que tem sido colocada nesta matéria.

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado António Pedroso, no que diz respeito ao investimento na promoção no destino ele é efetivamente bastante elevado e os valores estão disponíveis para consulta e conhecidos em termos de plano do próprio Governo.

A consolidação da nossa procura tem sido feita efetivamente o ecoturismo, o turismo de natureza como lhe chamam, é uma aposta ganha.

Eu não sei em que sites, nem em que termos foi realizada a procura que fez, mas é aí que nos posicionamos e é aí que nós temos conseguido um crescimento bastante significativo.

Aliás, os números que nós temos hoje, que se verificam em termos de evolução nesta área, são precisamente a melhor resposta a essa questão.

Relativamente à Delta e ao acordo interline com a Sata posso dar nota que há negociações em curso e que as mesmas estão a ser ultimadas, sendo objetivo da nossa empresa aérea regional definir com a Delta acordos interlines que assegurem que possam ser adquiridos bilhetes diretos para a ilha pretendida para o passageiro.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então tinha razão de ser!

A Oradora: Relativamente às questões colocadas que foram diversas em concreto, por exemplo, para o caso do posto de turismo das Velas e do posto de turismo em global da Região está a ser lançado a remodelação de todos os postos da Região.

No caso em concreto das Velas está já negociado com o seu Presidente da Câmara das Velas o espaço para o qual transitaremos, inclusivamente este será dos primeiros que terá a nova imagem que está a ser desenvolvida nesse aspeto em concreto.

Sobre o aspeto que referia dos mapas dos trilhos. Qualquer uma das ilhas aquilo que nós temos recomendado e que importa também fazer passar a mensagem é que nós temos uma plataforma sempre atualizada com tudo e temos uma aplicação também para os mesmos e aquilo que nós fazemos é tentar que os utilizadores dos trilhos, de preferência, em vez de levarem consigo peças em papel, levem a aplicação que funciona mesmo quando não há sinal de telemóvel, porque está preparada exatamente para isso e essa é uma aposta que tem de facto corrido bem.

Relativamente à pergunta do Sr. Deputado Mário Tomé sobre o Pico em concreto. De facto o Pico é um excelente exemplo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na componente do património ambiental e aqui devemo-nos reportar às primeiras áreas protegidas dos Açores, em concreto a criação das reservas naturais da Caldeira do Faial e da Montanha do Pico que completam este ano 45 anos da sua classificação.

No caso do Pico esta reserva natural dispõe de uma estrutura de controlo, de apoio à subida, de regulamento próprio, de um valor de acesso e de limites de cargas definidos, sendo de facto um excelente exemplo de uma gestão equilibrada entre preservação e turismo.

Já aqui enfocámos a complementaridade dos parques naturais com a rede de centros de interpretação que a Região tem, portanto, o trabalho nesta área é claramente um trabalho ao serviço do desenvolvimento sustentável, ligando à oferta turística em linha com aquilo que consta no nosso plano de marketing turístico onde os investimentos têm sido significativos. No caso concreto do Pico temos em curso investimentos importantes, como é o caso da Casa dos Vulcões, a beneficiação das atuais instalações da Casa da Montanha, entre outras.

Gostava de dar uma nota relativamente ao facto do Pico e São Jorge serem as ilhas para as quais se perspectivam o maior crescimento do número de camas atualmente disponíveis com aumentos previstos, com base nos processos com parecer favorável da Direção Regional do Turismo, de 58 e 43%, respetivamente e aqui sem incluir o alojamento local.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Corvelo eu não registei nenhuma pergunta, talvez tenha sido alguma dificuldade da minha parte. Gostaria apenas de dar nota que relativamente algumas unidades de alojamento que possam não cumprir com a legalidade que está prevista temos tido por parte da Inspeção Regional do Turismo uma atitude exemplar, atuando em primeiro lugar na identificação das situações, primeiro avisando; caso não sejam resolvidos no sentido de ou legalizar, ou retirar do mercado, atuar então com notificações.

Note-se que nós temos durante este ano 313 identificações de unidades de alojamento não licenciados ou não registados e destas 185 ou já se licenciaram, ou então suspenderam a sua atividade.

Relativamente à questão da Terceira que é colocada, que é muito pertinente e que é um desafio que todos os destinos turísticos enfrentam que tem a ver com a sazonalidade, gostava também de referir que este é um tema e uma aposta que tem vindo a ser desenvolvida e nós estamos a conseguir de facto reduzir a sazonalidade de forma sistemática e mais acelerada nos últimos anos.

Em 2017 estamos convictos que vamos ter novamente uma descida depois de nos últimos três anos termos passado a concentração de dormidas nos quatro meses mais importantes do verão de cerca de 60% para atualmente 53.5%.

A canalização de esforços de promoção e de prolongamento de rotas para a época baixa efetivamente é determinante nesta matéria.

No caso em concreto da Terceira as operações de Madrid e de Boston possibilitaram que em 2016 a taxa de sazonalidade da ilha Terceira fosse inclusivamente a mais baixa do que a ilha de São Miguel. Com a operação da Ryanair já este ano completa estamos convictos que esta taxa registará um novo record histórico.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente nos últimos anos temos assistido e para bem da Região a um crescimento no setor turístico, sem dúvida com o imprescindível e importante contributo da iniciativa privada que vai desde da área do alojamento, das empresas de animação turística ou marítimo-turísticas, mas o tempo para amadorismos tem que estar para trás, temos que olhar em frente e há uma série de questões que é necessário esclarecer, que é necessário de forma a incentivar, a identificar as dificuldades pelas quais os empresários do setor atravessam,

apoiando-os e incentivando os que já estão instalados, bem como aqueles que pretendem iniciar a sua atividade, assegurando por outro lado um turismo sustentável preservando o que de melhor temos para oferecer que é a nossa natureza.

Assim, Sra. Secretária, no caso concreto de São Jorge claro que quando falamos em turismo temos que falar nas acessibilidades, daqueles que pretendem visitar a nossa ilha indo também de encontro por forma a querer alongar o nosso período de época alta, digamos assim.

Portanto, queria perguntar-lhe se considera que dia 19 de setembro não foi demasiado cedo para alteração, no caso da linha verde, aos horários da Atlânticoline?

Também se não considera pertinente, uma vez que se pretende que este crescimento seja também refletido em todas ilhas de uma forma harmoniosa, de uma vez por todas termos uma embarcação, termos um barco sediado no porto das Velas para fazer a ligação entre o triângulo, também permitindo que os turistas possam chegar neste caso ao Pico e ao Faial num horário mais cedo que permite usufruir melhor o dia, aproveitando também essa ligação?

Em relação à oferta dos voos, será repensada para a próxima época alta essa situação?

Também e falando de sazonalidade e da importância que é existir durante principalmente os períodos de época baixa atividades que permitam combater essa sazonalidade, pergunto-lhe: e a bienal de turismo em espaço turismo?

O CDS está desde o dia 4 de abril à espera da resposta ao requerimento apresentado.

Outro aspeto que é importante também e já foi falado aqui é a questão da formação, refletido no Programa do Governo, que é necessário apostar na qualificação dos profissionais do turismo. A Sra. Secretária pelo que afirmou essa formação será para avançar.

Pergunto-lhe: essa formação de ativos na área do turismo é para avançar durante esta época baixa?

No caso concreto de São Jorge, será em que áreas do setor turístico é que ela será realizada? Se será realizada na escola profissional e também se é feita em parceria com os empresários do setor?

Só para finalizar mais uma questão em relação a essa qualificação.

Considera plausível que no caso, por exemplo, do posto de turismo o apoio é garantido por programas ocupacionais pois na Direção Regional de Turismo temos apenas dois técnicos na área de turismo, em que um deles faz serviço no posto de turismo, para além do facto da própria manutenção, quer os serviços de ambiente, quer os serviços de turismo, não têm técnicos e são os programas ocupacionais que fazem esse trabalho de manutenção.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, referiu na sua intervenção que o desafio do turismo passa por qualificar a oferta.

Nós temos na ilha do Faial um recurso que aguarda a qualificação há 20 anos: as termas do Varadouro.

Nesta área do turismo de saúde a ação do Governo nos últimos anos pautou-se por uma tremenda dualidade de critérios: optou por investir em duas ilhas e decidiu não investir nas termas do Varadouro.

Pergunto-lhe, por isso, Sra. Secretária, se esta dualidade de critérios vai continuar ou se o Governo pretende investir nas termas do Varadouro na ilha do Faial e, desta forma, qualificar a oferta?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta no turismo tem tido resultados positivos em todas as ilhas dos Açores incluindo Santa Maria onde se registou e verificou um aumento de passageiros desembarcados até agosto deste ano e apesar das dormidas não terem tido o crescimento expressivo do ano transato, só nos primeiros cinco meses deste ano os proveitos totais da hotelaria ascenderam a 30%, aumentaram 30%.

Das reuniões com os empresários do setor constatámos que existem preocupações comuns a todos e que dizem respeito às acessibilidades marítimas e aéreas durante o período do verão.

Também se verifica a necessidade premente de promover as potencialidades do destino de Santa Maria, começando pelos Açores, passando pelo continente, estendendo a feiras internacionais, por forma a tornar mais inteligível a especificidade de Santa Maria no todo regional, projetando-a assim para o mundo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Finalmente a ideia de que embora se estejam a dar passos muito significativos e positivos no setor do turismo tal não permite descansar à sombra dos bons resultados e por conseguinte deverá continuar o Governo na esteira do que tem vindo a fazer e bem.

Ainda há trabalho que é preciso fazer para minorar a carência de recursos humanos e da sua qualificação, designadamente na restauração, bar e mesa e hotelaria que permita um atendimento com mais qualidade.

Importa referir a abertura e consciencialização dos empresários para as questões relacionadas com a sustentabilidade e preservação ambiental, ecoturismo e com as potencialidades do turismo de natureza tanto na oferta específica das

atividades do mar, como em nichos específicos como a geologia, o *coasteering*, *canyoning*, e a observação de aves, por exemplo.

Por tudo isto Sra. Secretária impõe-se uma pergunta para a qual os marienses e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esperam poder ver esclarecida que é a seguinte: pensa o Governo criar circuitos entre as ilhas que privilegiem e potenciem as especificidades de cada uma?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ilha Graciosa foi neste período que o PS entende e bem, que é o período de crescimento do turismo na Região, nomeadamente depois da entrada das novas obrigações de serviço público e do novo modelo de transporte aéreo, foi a ilha que menos cresceu em termos de turismo nos Açores.

Foi mesmo a ilha que se destaca por ter tido valores bastante díspares relativamente à média regional. Se pensarmos que de 2014 para 2016, o último ano completo que temos nesta matéria, a Região cresceu em média 70% em termos de dormidas, a ilha Graciosa cresceu 22%. Já este mês de agosto foi a ilha que decresceu em termos de dormidas.

Portanto, em termos daquilo que era expetável para os graciosenses era que pudessem beneficiar também deste novo modelo e que pudessem também ver a ilha obter mais dormidas até porque era uma ilha que vinha de valores extremamente negativos em termos de dormidas e em termos dos números de turismo.

Devo lembrar, por exemplo, que no último mês de agosto a taxa de ocupação de camas na ilha Graciosa foi de 40%.

Pergunto à Sra. Secretária se acha que uma taxa de ocupação de 40% no mês alto de turismo numa ilha se é sustentável em termos de turismo?

Queria também perguntar quais são as medidas que o Governo prevê em termos de olhar para a ilha Graciosa com um olhar diferenciado, uma vez que foi aquela que menos beneficiou deste novo modelo e aquela que tem mais dificuldades em captação de turistas, ... Queria também perguntar à Sra. Secretária se tem o Governo algum plano para melhorar as acessibilidades à ilha, que é uma das dificuldades que foi sentida nomeadamente pela diáspora, mas também por muitos daqueles que gostariam de ver encaminhamentos para a ilha Graciosa com grandes dificuldades em poder obter esses encaminhamentos. As queixas são mais do que muitas. Queria saber se a Sra. Secretária está na disponibilidade de, por exemplo, encontrar alturas do ano em que a sazonalidade deve ser tida em conta, nomeadamente em relação ao Carnaval da Graciosa?

Se o Governo prevê alguma ação que possa melhorar as acessibilidades, a promoção, a divulgação e o apoio ao Carnaval da Graciosa como um cartaz turístico numa altura de menos turismo?

Queria também perguntar à Sra. Secretária mais duas coisas.

Em relação às termas do Carapacho, quando?

Quando é que o Governo finalmente vai pôr a concurso aquela valência, sendo que é talvez a valência mais importante em termos de captação de turismo para a Graciosa, aquela que tem talvez um valor maior em termos daquilo que pode trazer de benefícios para a ilha Graciosa e, portanto, o concurso público, ou pelo menos um concurso que seja perceptível para quem quiser concorrer, pelo menos aberto, enfim um concurso leal para os concorrentes que possa trazer desde logo as valências, a oferta, aquilo que o Governo pretende para aquelas termas depois do avultado investimento que lá foi feito e já agora tendo V. Exa. também a área do ambiente e da energia eu pergunto-lhe, Sra. Secretária, se

acha que ter uma nódoa ambiental que é hoje um problema de saúde pública num investimento que há quatro anos custou à Região seis milhões de euros, que é o Centro de Processamento de Resíduos da Ilha da Graciosa, situação já denunciada há bastante tempo, o que é o que Governo considera sobre isso, como é que pretende atuar para que a ilha Graciosa, reserva da Biosfera, não tenha uma nódoa ambiental daquela dimensão a prejudicar e de que maneira o turismo daquela ilha?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Os números quando os queremos ver pela negativa, conseguimos vê-los pela negativa, mas o senhor sabe perfeitamente que durante o ano 2017 ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados ... O interpelado é o Governo!

O Orador: ... houve um crescimento homólogo de janeiro a agosto de 5.6%.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Não é novidade que o turismo na Região tem vindo a registar um incremento assinalável como poderemos aferir em dados estatísticos pelo destaque concedido em publicações internacionais da especialidade.

Até agosto deste ano a Graciosa recebeu cerca de 4.285 hóspedes só na hotelaria tradicional, tendo a ilha capacidade para 69 camas em nove unidades de turismo em espaço rural e 180 camas em hotelaria tradicional. O movimento de passageiros desembarcados também registou um crescimento homólogo de 16.4 pontos percentuais. Paralelamente ao aumento destes números também se reflete na subida de proveitos totais para a ilha Graciosa incentivando o

empreendedorismo e valorizando também o património construído, como por exemplo a recuperação dos moinhos de vento e de alguns edifícios de interesse arquitetónico.

Merecem também destaque as termas do Carapacho pelo potencial que representam para a promoção da Graciosa em termos de turismo de saúde e bem estar. Igualmente importante é a implementação de viagens turísticas ao ilhéu da praia da Graciosa com o intuito de valorizar e de diversificar o nosso destino. Temos, porém, noção de que ainda há muito por fazer para que sejam atingidos os objetivos a que nos propomos. É necessário dotar o setor com profissionais qualificados, continuar a combater a sazonalidade, promover e disponibilizar meios para que os empreendedores possam ter confiança no futuro do turismo da Região e da ilha Graciosa.

Nesse sentido queria questionar a Sra. Secretária, estando a hotelaria tradicional garantida o que é que está previsto, que orientações existem quanto a incentivos para o turismo em espaço rural?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Curiosamente, ou talvez não, na sua intervenção inicial houve um setor relativamente ao qual a senhora não disse nada. Refiro-me concretamente à questão do termalismo e ao termalismo de saúde e bem estar e ao termalismo terapêutico.

Parece que os Açores não têm qualquer tipo de recursos sobre essa matéria.

Nós sabemos bem o papel incómodo ou a posição incómoda em que este e os anteriores governos, em que a característica em comum é o facto do Dr. Vasco

Cordeiro, atual Presidente, ter sido Secretário Regional da Economia no governo anterior, papel incómodo este que tem relativamente ao desenvolvimento do termalismo nos Açores.

Portanto, a pergunta que lhe queria fazer muito concretamente é a seguinte: relativamente ao espaço termal das Furnas se encara ou não a hipótese do Governo fomentar um outro local onde possam ser exploradas as valências terapêuticas e de saúde e bem estar a partir de outras nascentes com características físico químicas e de temperatura semelhantes àquelas que os senhores entregaram a uma empresa que tem uma banheira e um duche de Vichy arrumado num quarto e que não promove em nada o termalismo de saúde e bem estar na ilha de São Miguel?

A segunda pergunta que lhe queria colocar diz respeito aos investimentos desastrosos que fizeram nas termas da Ferraria. Queria perguntar se está disposta a corrigir essa iniciativa?

Que tipo de iniciativas tem previstas para o desenvolvimento do termalismo na Ferraria?

Se pretende ou não fomentar a certificação das termas e a introdução das termas da Ferraria no Guia das Termas de Portugal?

Uma outra questão que lhe queria colocar, Sra. Secretária Regional, tem a ver com os trabalhadores e a precariedade do trabalho no âmbito do turismo.

Que esforços é que fez o Governo junto das entidades patronais, nomeadamente das câmaras de comércio, no sentido do acordo coletivo de trabalho dos trabalhadores do turismo ser revisto?

Ele não é revisto desde 2005.

Deputado André Bradford (PS): Desculpe?

O Orador: Os trabalhadores encontram-se hoje numa situação de baixos rendimentos e necessitam de ser reconhecidos os seus esforços naquela que também é a sua participação no desenvolvimento do turismo.

Queria concretamente perguntar-lhe que esforço é que fez o Governo em termos de mediação junto das câmaras de comércio no sentido que esse desejo dos trabalhadores seja obtido?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Não se metam nisso, dizia Mário Fortuna!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lembro-me que quando cheguei a esta Casa em 2012 existia quem insistentemente colocasse em causa o caminho trilhado e proposto pelo Governo dos Açores para o desenvolvimento e futuro do setor do turismo para a Região e para a ilha de São Jorge.

Passados cinco anos o balanço realizado pelo Partido Socialista é positivo. Temos conseguido melhorar a competitividade do destino Açores e aumentar os fluxos turísticos. Por exemplo, a ilha de São Jorge cresceu 75% ao nível do número de hóspedes, 80% em termos do número de dormidas e 109% ao nível dos proveitos totais, passando de cerca de 450 mil euros para 1 milhão de euros de receitas.

Este crescimento significativo num curto espaço de tempo permitiu o aumento do número de postos de trabalho diretos e indiretos, permitiu o aumento do investimento privado na criação de mais camas, de rent-a-cars e permitiu o surgimento de empresas e serviços de animação turística, o que tem permitido qualificar a oferta em São Jorge.

Mas este crescimento também representa uma maior responsabilidade para que se aumente e adeque a oferta, ao mesmo tempo que a qualificamos. Representa também mais responsabilidade para as entidades públicas, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Com programas ocupacionais!

O Orador: ... nomeadamente na coordenação e cooperação entre os vários intervenientes na monitorização e adequação das acessibilidades e na preservação do nosso território, para garantir assim o crescimento equilibrado e sustentável do turismo na ilha de São Jorge.

Nesse sentido, pergunto à Sra. Secretária o que está o Governo dos Açores a fazer para garantir uma melhor qualificação do nosso destino, nomeadamente da ilha de São Jorge?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Acabar com os programas ocupacionais!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não se pode fazer mais nada, está tudo feito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três perguntas muito simples e diretas.

Em relação à ilha Terceira já foi aqui falado pela minha colega, a Deputada Isabel Quinto, mas eu gostava de ir mais além e fazer-lhe a seguinte questão: o que pensa a sua secretaria relativamente à existência de um delegado de turismo para a ilha de Terceira?

Vai nomeá-lo? Não vai nomeá-lo? Que competências terá este delegado na eventualidade de vir a ser nomeado?

Em relação ao POTRAA, que penso que estará a ser revisto, gostaria de saber, uma vez que há a perspetiva na Terceira de vir a existir entre seis a dez novos hotéis, o que está definido, ou o que está preconizado no aumento do número de camas, lembrando que no passado houve de facto um aumento do número de camas, mas depois o que se verificou foi que esta oferta foi excessiva. Eu gostava de saber o que é que o POTRAA vai definir em relação a este ponto.

Finalmente, o que é que tem feito até agora o Governo Regional pela valorização do património cultural da nossa ilha relativamente às festas tradicionais?

Para quando a devida valorização do turismo cultural na ilha Terceira?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, notei que não respondeu diretamente à pergunta que coloquei. Respondeu sim que no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo da Região existem referências aos trabalhadores, existem referências meramente à formação, mas nenhuma à dignificação das suas carreiras e dos seus salários o que essa ausência de resposta parece indicar (a Sra. Secretária ainda terá tempo para me desmentir) é que nós poderemos esperar uma atitude semelhante e uma política semelhante do Governo Regional que não terá qualquer exigência às empresas apoiadas por fundos públicos no sentido de não terem trabalhadores precários que desempenham funções permanentes nos seus quadros.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: É essa claramente a indicação que a sua não resposta indica.

O desenvolvimento do setor do turismo, o aumento do número de visitantes, de dormidas e o conseqüente aumento dos proveitos são indicadores, sem sombra de dúvida, positivos. Mas esse crescimento tem de contribuir para o desenvolvimento económico e social dos Açores, quer seja através do crescimento do emprego, seja para a diminuição das desigualdades sociais. Outra coisa não esperam todos os açorianos e açorianas.

Devemos por isso analisar os dados disponíveis para perceber o que de facto tem vindo a acontecer nos últimos anos com o grande aumento do turismo nos Açores. Este crescimento pode e deve levar à criação de postos de trabalho, mas é necessário também olhar para a qualidade do emprego criado e principalmente para os salários que são praticados no setor.

Segundo os números do Serviço Regional de Estatística os proveitos do turismo como já foi aqui referido têm vindo a crescer de forma muito significativa. De facto entre 2015 e 2016 (anos já obviamente concluídos, 2017 ainda não está fechado) os proveitos totais anuais no setor subiram de 54 para mais de 73 milhões de euros, um crescimento de cerca de 30%. No mesmo intervalo de tempo os custos com pessoal cresceram, mas de forma muito mais limitada, de 19 para 23 milhões de euros – cerca de 19% - subida esta que acontece exatamente na altura em que há a subida do salário mínimo nacional que, como sabemos, só foi possível devido ao acordo que existe na República entre Bloco de Esquerda, PS e PCP.

É sabido que no setor do turismo o salário mínimo é a regra e não a exceção. São os próprios responsáveis do setor que afirmam que o turismo nivela por baixo os salários quando afirmam que o setor do turismo é um setor onde infelizmente se recorre muito ao salário mínimo.

O que nos dizem esses factos é que o setor do turismo tem crescido e tem contribuído para o crescimento do PIB regional. Disso não há dúvidas. Mas pouco contribui para a diminuição das desigualdades, na distribuição de rendimentos e para o aumento dos salários. Pelo contrário, tem acentuado essas desigualdades e conseqüentemente não está a ter o papel que se exige para a redução das desigualdades sociais nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Nas palavras do Sr. Deputado Carlos Silva os records de turismo não têm de forma alguma se traduzido em records nos salários e conseqüentemente na redução das desigualdades.

As tabelas salariais, já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Luís Maurício, no setor estão congeladas há muitos anos. Saliento a preocupação do PSD com a negociação coletiva uma vez que foi o PSD que quase que acabou com ela a nível nacional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Somos uma região autónoma!

O Orador: Este facto leva claramente a um nivelamento por baixo no setor e a que sejam cada vez mais raros os casos onde o salário praticado seja acima do salário mínimo. Para além da óbvia necessidade do desbloqueamento da negociação coletiva e da necessária mediação do Governo Regional para que se ultrapasse os impasses existentes que só beneficiam as entidades empregadoras, pois assim podem continuar a pagar o salário mínimo exige do Governo Regional outras medidas imediatas.

Aquilo que se pergunta é se está o Governo Regional disponível para aumentar o complemento regional ao salário mínimo no próximo orçamento regional para 7,5% de forma a que a desigualdade de distribuição de rendimentos entre empregadores e trabalhadores se reduza?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Olhar para a realidade do setor do turismo na ilha do Faial atualmente exige que reconheçamos o que foi feito. Constatamos que para além da hotelaria, temos

uma oferta de alojamento em espaços de turismo rural e de alojamento local que são resultado do empreendedorismo dos faialenses.

Verifica-se também um crescimento de empresas de atividade de animação turística que dão a conhecer grande parte delas o bem mais valioso que possuímos: a nossa natureza de uma forma sustentada.

Da auscultação feita junto dos nossos empresários ficou claro que há uma redução da sazonalidade e que há efetivamente mais turistas a passar por esta ilha vindos por via aérea e por via marítima.

Aliás, se compararmos os anos de 2012 e 2013 com o ano passado, vemos que tivemos mais 50 mil dormidas no Faial.

Também se destaca o facto da nossa ilha ser escolhida para atividades fundamentais que tornam o destino Faial e Açores cada vez mais conhecidos no exterior.

No Plano Estratégico e de Marketing de Turismo dos Açores os recursos naturais existentes são identificados como uma das principais forças da Região.

O Azores Trail Run é um dos exemplos que dá a conhecer esta realidade os recursos naturais existentes e a nossa natureza, não apenas através da observação, mas porque proporciona verdadeiramente uma experiência única que cada vez mais atrai pessoas para os Açores.

Tendo em conta esta realidade em que as ilhas devem ter uma oferta diferenciada será fundamental promover eventos e atividades que por si só promovam a Região.

Neste sentido, gostaria de perguntar à Sra. Secretária Regional que trabalho está a ser realizado a este nível e até que ponto tem sido possível trabalhar com agentes das diferentes ilhas, baseando no facto de, por exemplo, o Azores Trail Run ser uma organização do clube local?

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade a natureza fez o seu papel no Pico como referiu o Sr. Deputado Mário Tomé e a Sra. Secretária, mas há uma parte da história que os empresários certamente lhes falaram que não foi contada aqui e a parte da história diz respeito ao maior número de voos com menos 1.472 lugares e à falta de formação e às faltas de oportunidade de formação que são dadas.

Deputado Francisco César (PS): Discutiu-se isso o mês passado!

O Orador: Além disso, a questão que lanço à Sra. Secretária é se no próximo ano estão garantidos mais voos, porque na data de hoje temos três voos disponíveis da Azores Airlines com Lisboa, quando já foi garantido pelo Governo que seriam quatro e não é certamente a corrigir em agosto, como este ano, que se resolvem os problemas dos empresários do Pico.

Gostaria também de dizer que sobre a formação o que os empresários nos dizem é que os programas ocupacionais existiram (os funcionários) no período da época alta do turismo. Portanto, se será assegurada mais opções de formação aos ativos e aos jovens da ilha do Pico na aérea do turismo?

Portanto, são muitas contradições e apetece-me citar um *post* de um blogue local sobre os transportes que não diz PIT, diz “Plano Invertido dos Transportes”.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional alerto que dispõe apenas de cinco minutos, pouco mais de cinco minutos.

Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentar ser breve e responder ao maior número possível de perguntas.

Começando pelas questões levantadas pela Dra. Catarina Cabeceiras sobre o crescimento harmonioso de todas as ilhas e a questão das acessibilidades.

Como é sabido esta é uma área que tem outro pelouro, mas sobre o mesmo gostava de referir aquilo que exatamente foi referido nesta Casa a propósito do debate sobre a Sata.

De janeiro a julho deste ano o inter ilhas da Sata realizou mais 785 voos inter ilhas, isto significou o transporte de mais 42 mil passageiros. Mas mais do que estas estatísticas importa reter o compromisso da tutela quando refere que manifesta-se no sentido de dar resposta efetiva às necessidades de cada ilha nesta matéria.

Portanto, essa é uma garantia que nos é dada e é sobre essa que nós trabalhamos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é falso!

A Oradora: Relativamente à questão também que deve ser tida em conta sobre as acessibilidades importa trazer para cima da mesa a questão do navio que foi recentemente publicitado como uma aposta do Governo Regional com o lançamento do concurso para a concessão e construção do navio com capacidade para 650 passageiros e 150 viaturas que dá resposta também àquilo que a Sra. Deputada Catarina questionava da importância de nós termos uma embarcação, não digo sediada nas Velas, mas que durante todo o ano possa servir para ligar os três grupos de ilhas que formam os Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Os açorianos não conseguem viajar!

A Oradora: Relativamente à questão do posto de turismo e do facto do mesmo ser garantido por recursos humanos referidos como operacionais é importante

termos presente que relativamente à estrutura da Direção Regional de Turismo em São Jorge nós temos dois técnicos superiores, dois assistentes técnicos, programas ocupacionais também é verdade e estagiários.

Estamos também a formar guias de natureza agora neste momento em São Jorge com o objetivo e com a preocupação efetivamente dos recursos humanos terem bases de formação importantes para o desempenho das suas funções.

Relativamente às questões levantadas para a ilha de Santa Maria e que são transversais efetivamente a várias outras ilhas é importante nós termos presente que efetivamente é um desafio nós conseguirmos levar o desenvolvimento de todas as ilhas de forma harmoniosa.

Neste aspeto aquilo que está preconizado no nosso Plano Estratégico é efetivamente o desenvolvimento dos produtos primários de cada uma delas que devem ser catalisadores e animadores também com componente de promoção de cada uma. No caso de Santa Maria temos a questão do mergulho, da paleontologia, do canyoning e da observação de aves que se repete efetivamente para outras. A proximidade a São Miguel pode também constituir como um efetivo fator diferenciador, mas mais do que isso efetivamente pretende intensificar-se o desenvolvimento de uma estratégia promocional que proponha circuitos com mais do que uma ilha, onde se englobem outros produtos comuns e aqui em termos gerais estão a ser desenvolvidas rotas temáticas, como é o caso da faina baleeira, dos vulcões do Espírito Santo às quais se seguirão outra. Exemplos também desta iniciativa, e isto é transversal a todas as ilhas, especialmente aquelas que reclamam maior promoção, são iniciativas planeadas pela Associação de Turismo dos Açores com ofertas específicas para segmentos enfocados nas épocas baixas, visando a promoção de ofertas concretas, como seja gastronomia e cultura, hiking, spa e wellness, entre outros dos quais também consta programas específicos para o Carnaval muito enfocados na Terceira e na Graciosa, onde há operadores efetivamente já a fazer essa venda.

Relativamente às questões de bem estar e termalismo foram colocadas aqui duas questões importantes.

Relativamente às termas do Varadouro para vos dar nota de que a postura do Governo Regional é que sempre que há iniciativa privada que pode desenvolver os projetos pois nós damos espaço a essa iniciativa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos à espera, Sr. Secretária! Há muitos anos que há esse interesse! É sempre a mesma conversa. Já ninguém vos pode ouvir!

A Oradora: Relativamente a essa mesma há o interesse manifestado por um privado com um projeto que tem sido discutido ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Há quatro anos que há interesse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... durante este ano com a Direção Regional do Turismo e que tem o nosso parecer favorável para o seu desenvolvimento, naturalmente dependente de algumas questões de engenharia que têm muito a ver com a localização da mesma.

Portanto, sempre que há iniciativa privada nós damos espaço para que ela se desenvolva.

Relativamente às termas da Graciosa, em concreto do Carapacho, a pergunta que é feita sobre a intenção do Governo de fazer o seu concessionamento. A resposta é que existe um grupo de trabalho que é constituído, quer por elementos da Direção Regional do Turismo, quer por elementos da Direção Regional da Saúde, com vista a preparar o caderno de encargos precisamente para a sua concessão. É esse o nosso objetivo.

Relativamente à questão concreta do delegado de turismo da ilha Terceira também gostava de dar nota do seguinte. Está atualmente em reorganização a estrutura orgânica da Direção Regional do Turismo. Não existe já há alguns anos esta figura na Terceira como é sabido e em bom rigor em São Miguel e em

Lisboa, onde a mesma está prevista, as atividades são desenvolvidas no âmbito global da Direção Regional e não em âmbito local.

Reconhecemos a necessidade de uma reorganização das estruturas existentes com o objetivo de se dar corpo à estratégia que está delineada em termos de turismo conforme o próprio PENTA e o plano do Governo preconizam e nesta fase considera-se que o modelo de estrutura, gestão e representatividade eminentemente territorial ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

Deputado Paulo Parece (PSD): Pode dar mais quatro minutos!

A Oradora: ... e geográfico não terá vantagens face a uma localização de uma lógica funcional com uma organização mais horizontal e eficiente assente na exposição de funções.

Se não há mais tempo ...

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: A Mesa dá sempre tolerância, mas a Sra. Secretária terminou a sua intervenção. O respeito pelo cumprimento dos tempos é fundamental para a boa organização dos nossos trabalhos.

Vamos fazer um intervalo, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa informar dos tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: o Governo esgotou o seu tempo; o Partido Socialista tem 12 minutos e 39 segundos; o PSD esgotou o seu tempo; o CDS-PP tem 5 minutos e 27 segundos; o Bloco de Esquerda, 4 minutos e o PCP também esgotou o seu tempo. O PPM não está.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate.

A Mesa tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Razão tinha eu quando comecei a minha intervenção ali de cima de lhe dizer que a senhora não ia ter tempo para nos responder tal a extensão da sua primeira intervenção, naturalmente premeditada, para depois lhe faltar tempo para responder à oposição.

Sra. Secretária, registo com algum desagrado, mas que é essa a visão do Governo, quando a senhora refere que é com alguma satisfação, é com algum orgulho, que 90% do turismo se justifica porque estas ilhas têm 88% da população.

Oh, Sra. Secretária, isso é a noção que a senhora tem de coesão territorial e das nove parcelas que a senhora aqui falou?

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

O Orador: Para si, Sra. Secretária, são nove parcelas ou são apenas três que têm 88% e essas é que merecem toda a atenção?

Foi isso que se pode deduzir das suas palavras e é lamentável e traduz bem aquilo que é a ideia de coesão que o Governo Regional tem.

Sra. Secretária, vem também dar razão a uma das perguntas que lhe fiz sobre a iniciativa privada. Realmente o grande mérito da evolução do turismo é dos empresários e a senhora confirmou isso relativamente ao alojamento local.

E mais! Se os senhores tivessem políticas verdadeiramente isentas de apoio aos empresários talvez não se financiasse hotéis por 500 mil euros o quarto e se apoiasse mais o alojamento local.

Deputado Francisco César (PS): Mais?

O Orador: Quinhentos mil euros por quarto.

Há hotéis construídos nos Açores que custam 500 mil euros por quarto, segundo se consta.

Sra. Secretária, se o alojamento local não preserva a natureza, se não preserva o nosso património, eu não sei o que é que lhe diga. Não lhe posso fazer desenhos, porque não tenho jeito para isso.

Mais uma coisa.

A senhora vem falar em acessibilidades à Terceira e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sabe quantos voos a Azores Airlines vai fazer para a Terceira no horário de inverno? Sabe, Sra. Secretária?

Três voos e Sra. Deputada Isabel Quinto. Três voos por semana.

Acha bem?

Acham bem que já votaram aqui contra tanta coisa que naturalmente acham bem.

E as acessibilidades da Sata Air Açores dos doentes que não conseguiam sair da sua ilha? A senhora está satisfeita com isso, Sra. Secretária?

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem a ver com o turismo?

O Orador: De ficarem 10 dias à espera porque não têm lugares nos aviões?

Deputado Francisco César (PS): Mas o que é que isso tem a ver com o assunto?

O Orador: Já lhe vou explicar o que é que tem a ver com turismo, Sr. Deputado Francisco César.

É que em março e em abril quem vem fazer turismo faz as reservas e a Sata sabe e o Governo sabe que aqueles voos estão superlotados e não são capazes de ter resposta para os açorianos que cá vivem. Esta é que é a realidade e que os senhores não conseguem dar resposta e as vítimas são todos e especialmente os doentes que ficam fora da sua família e 10 dias à espera de regressarem ao seu hospital.

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer mais ou menos turismo?

O Orador: Portanto, tudo isto é verdadeiramente lamentável que a Sra. Secretária não tenha dado resposta, mas há uma resposta que a senhora habilmente fugiu, mas eu não vou deixar fugir: contaminação da ilha Terceira, Sra. Secretária.

O que é que isso tem a ver?

Deputado André Bradford (PS): A pergunta é essa!

O Orador: O que é que a senhora tem a dizer sobre essa matéria?

Como é que a senhora explica isso?

Como é que a senhora explica esta natureza exuberante altamente contaminada?

Não me respondeu, porquê?

Porque não teve tempo?

Teve tempo na primeira intervenção, teve tempo na segunda e depois não respondeu para ficar sem tempo, mas essa técnica do Governo Regional nós já a conhecemos e é lamentável que plenário após plenário se passe isto nesta Casa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Merece censura, Sra. Secretária.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É a técnica de Avelino Menezes!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sra. Presidente, uma interpelação porque foi referido agora também pelo Sr. Deputado Artur Lima e já o ouvi em apartes sobre o tempo, a falta de tempo, a resposta às perguntas ... Apenas para dizer o seguinte.

Nós estamos numa interpelação sobre turismo.

A Sra. Secretária legitimamente dirigiu-se à tribuna e fez uma intervenção ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): As interpelações à Mesa são sobre a condução dos trabalhos!

Deputado André Bradford (*PS*): Isso é falta de um duche Vichy!

O Orador: O Sr. Deputado Luís Maurício anda muito nervoso este plenário.

Presidente: Srs. Deputados! Sr. Secretário Regional, numa interpelação à Mesa faça o favor.

O Orador: A Sra. Secretária esteve na tribuna e fez uma intervenção de enquadramento sobre o setor sobre o qual está a ser interpelada durante 12 minutos. Tem 32 minutos. Teve os restantes 20 minutos consecutivamente a responder às perguntas que lhe foram colocadas por todos os partidos e também quero informar a câmara que naturalmente a Sra. Secretária está disponível, como qualquer Membro do Governo, para ir à Comissão Parlamentar competente se os partidos assim o entenderem e esclarecer todas as dúvidas ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... que fiquem pendentes desta interpelação por falta de tempo, tempo esse que é definido na Conferência de Líderes por todos os partidos. Se a Conferência quiser dar mais tempo ao Governo para no plenário responder às perguntas, muito bem, cá estaremos para responder a tudo o que nos é perguntado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Fica registada a sua interpelação.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional conseguiu esgotar o seu tempo sem responder a duas simples perguntas que o Bloco de Esquerda colocou. Conseguiu no tempo que teve disponível, que não foi pouco, falar de todas as áreas, de todas as vertentes do turismo, desde as taxas de ocupação, das dormidas, dos proveitos, da sustentabilidade ambiental, das termas, da sobrelotação dos espaços públicos, da animação turística, enfim, de todas, mas de todas as áreas do turismo, mas conseguiu aquela que é uma proeza de nada, absolutamente nada dizer sobre os direitos de quem trabalha no turismo, que é quem faz efetivamente o setor andar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Esta é a demonstração da consciência social ou da ausência dela ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: ... e da preocupação com a qualidade do emprego ou da ausência dela do Governo Regional do Partido Socialista.

Numa Região que apoia o setor do turismo em mais de 73 milhões de euros irá continuar (pelo silêncio que aqui vimos) a não fazer qualquer exigência às empresas apoiadas no setor do turismo e já agora noutros setores com fundos

públicos para que não haja postos de trabalho permanentes a serem ocupados por trabalhadores precários, ou seja, 75% no mínimo é aquilo que exigimos que sejam ocupados pelos trabalhadores com vínculos sem termo.

O Governo Regional também continua a não querer reduzir as desigualdades na distribuição na riqueza que é criada e está a ser criada efetivamente no setor do turismo. O complemento regional do salário mínimo que é praticado a torto e a direito no setor do turismo vai continuar nos 5% e o Governo Regional não está, mais uma vez disponível para o aumentar.

Deputado André Bradford (PS): Daqui a um mês falamos!

O Orador: Constatamos então, finalmente, que o Governo Regional está disponível para manter tudo como está. O Bloco de Esquerda obviamente neste momento não tem mais perguntas a fazer, uma vez que o Governo esgotou o seu tempo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participação no debate.

Julgo não haver.

O Governo esgotou o seu tempo, por isso já não poderá fazer o encerramento desta interpelação e então para encerrar a interpelação ao Governo tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Nós começámos esta interpelação por ouvir alguma oposição dizer que ela, por ser do Partido Socialista, porque o Partido Socialista é o mesmo que suporta o Governo, não serviria para nada e acabámos esta interpelação com os mesmos partidos que disseram isso a dizer que pena que já não há mais tempo, porque nós queríamos continuar a esclarecer e a ser esclarecidos e ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Ela não respondeu!

O Orador: ... afinal havia imensa coisa para perguntar e é pena que não haja tempo.

Portanto, o tempo que gastámos ou que utilizámos para este debate deu-nos razão: ele era útil, era importante e tão importante era que os senhores ainda tinham muitas mais coisas para perguntar e para serem esclarecidas. Portanto, desse ponto de vista está ganha a aposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto para encerramento de interpelação ...!

O Orador: Por outro lado, fica também claro, parece-me a mim, que nós estamos num outro patamar de debate sobre o turismo e foi isso que eu quis dizer quando disse que a captação já não era o problema, é que agora quem representa uma determinada ilha já não diz que não há turismo na sua ilha, diz que há mais turismo nas outras ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Foi o que disse o Sr. Deputado Bruto da Costa.

Portanto, a preocupação mudou. Agora estão todas a crescer, mas a minha é que está a crescer menos que as outras e isso é muito positivo, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha?

O Orador: ... revela todo o esforço feito pelo setor privado, pelos poderes públicos, porque os poderes públicos não têm lepra, os poderes públicos fazem parte do processo. Se fazem coisas bem feitas não custa nada dizer que fazem parte do sucesso, do percurso e é isso que acontece no turismo. Portanto, é perfeitamente normal e desejável que assim seja, mas passamos da relutância inicial da oposição em participar (de alguma oposição, não toda) empenhadamente no debate, para uma fase em que afinal poderíamos continuar com este debate durante três dias, porque não faltavam coisas para esclarecer.

Mas há um certo desnorte e uma certa confusão em alguma oposição mesmo sobre esta matéria. Há aqui uns *fait divers* que eu não vou perder muito tempo com isso, um deles é (que é caricato) ouvir um empresário do setor turístico dizer, clamar contra o Governo, porque se paga mal no setor turístico. Ouvimos isto aqui, nesta Casa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está aqui como empresário! Está como deputado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse encerramento!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a encerrar ou a interpelar a oposição?

O Orador: Portanto, acho isso curiosíssimo, mas dou de barato.

Outra coisa que também achei curioso, mas não é absolutamente essencial é o facto do CDS-PP do Faial não ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Outra coisa curiosa que se ficou a saber é que o CDS no Faial não se importa nada que um dos barcos que faz o transporte marítimo de passageiros fique sediado em São Jorge, o que também é bom saber, é bom saber que há esse entendimento e, portanto, é uma evolução e ficamos todos satisfeitos em saber isso.

Vamos ao que é essencial.

No que é essencial há questões de muita preocupação da nossa parte, particularmente em relação àquele partido que se diz alternativa de poder.

Em primeiro lugar, os senhores continuam a não gostar da Sata.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Os senhores é que não gostam da Sata!

O Orador: Mas que implicação é essa com a Sata, Srs. Deputados?

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A Sata que é um ativo estratégico fundamental para a Região, que desempenhou um papel relevantíssimo na altura em que, devido à crise europeia económica, havia dificuldade na captação de turistas, que continua a ser um ativo estratégico fundamental na regulação do mercado da maneira como ele hoje funciona, essa empresa fundamental para os senhores precisa do seguinte (e vou fazer um resumo muito rápido daquilo que disse o Sr. Deputado ali da tribuna): primeira coisa, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É empresário ou é deputado?

O Orador: ... é preciso reduzir as tarifas inter-ilhas para níveis baixíssimos que o senhor não precisou, mas tem que ser muito baixo; depois é preciso reduzir (e ainda bem que vai ser reduzida) a atividade da Sata no mercado dos Estados Unidos em concorrência com outra companhia, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Seja sério! Não disse isso!

O Orador: ... porque isso fomenta a concorrência comercial e isso é muito bom para a Região; ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e em terceiro lugar, a ideia de que o que é positivo é que a Sata esteja em concorrência nos vários mercados, porque isso estimula a que a Sata fique melhor.

Presumo que os açorianos e em particular os trabalhadores da Sata ficaram, desta vez, completamente esclarecidos ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... com a estratégia e os objetivos que o PSD tem para a Sata.

Depois há uma outra coisa que foi aqui dita que revela algum desconhecimento e eu não quero ser injusto, mas é preciso precisar e esclarecer as questões.

Diz o Bloco de Esquerda que o Governo não quer fazer com que os postos de trabalho de carácter permanente façam parte da possibilidade de concessão de apoio público ao investimento.

Já fazem, Sra. Deputada, é que já fazem.

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a questão!

O Orador: No COMPETIR+, que permite apoiar postos de trabalho, só se apoiam postos de trabalho de carácter permanente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, já existe, Sra. Deputada. Mais do que isso é difícil.

Depois também é dito aqui que os empresários (e nós concordamos absolutamente, porque o risco empresarial deve ser sempre saudado e devidamente valorizado) ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Bem me parecia!

O Orador: ... apostaram no mercado, no alojamento local, no turismo em espaço rural, é verdade, mas isso foi feito com incentivos públicos. Houve uma articulação entre as políticas públicas, o risco e a iniciativa empresarial privada e assim é que deve ser.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Deve ser reconhecido que assim foi. Portanto, dizer-se que os empresários têm todo o mérito é verdade, mas não exclui o mérito das entidades públicas, não exclui nem faz esquecer o mérito das apostas do Governo e é para isso que infelizmente já que os outros não estão aqui para isso, estamos nós aqui para o lembrar.

Finalmente, há um problema de comunicação aí no PSD/Açores, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não me diga que faz escutas também!

O Orador: ... porque uma das questões centrais do PSD sobre a questão do turismo nos Açores é o Delegado de Turismo da Terceira.

Onde é que está o Delegado de Turismo da Terceira?

Quando é que a gente vai ter um Delegado de Turismo na Terceira?

Pois, eu tenho aqui uma declaração do Sr. Presidente do PSD/Açores e líder da bancada parlamentar do PSD, Sr. Deputado Duarte Freitas, em 2015, a não ser que tenha mudado de posição nestes dois anos ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Também já começou a fazer o dossier!

O Orador: Os senhores não têm uma posição igual para que é que querem saber a posição do Governo?

Já vai ver.

Em 2015 o Sr. Deputado Duarte Freitas, que anunciava a renovação da administração pública regional, dizia que a prioridade máxima ...

Se calhar esperava que o senhor acabasse o telefonema e assim podia ouvir o que eu vou dizer, se não levar muito tempo.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto está no âmbito?

Presidente: Sr. Deputado, tem de continuar.

O Orador: Continuo, Sra. Presidente.

Dizia o Sr. Deputado Duarte Freitas nessa altura que a questão chave na renovação da administração pública era acabar com o número de cargos existente na Região e os que primeiro tinham de acabar e ser extintos eram os delegados das secretarias regionais espalhados pelas várias ilhas, porque eram próximos do poder político, próximos da governação, não serviam para nada a não ser para fazer política.

Já mudou de opinião, Sr. Deputado Duarte Freitas?

A Sra. Vice-Presidente da bancada conhece a sua opinião?

Não me parece, então ela está cheia de pressa para que seja nomeado o Delegado de Turismo da Terceira que ainda por cima é uma figura que trabalha para o Governo Regional. Há aí uma grande confusão.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Seja decente! Seja sério! Se perguntaram aos empresários, nós também!

O Orador: E essa grande confusão retira ...

A senhora está nervosa?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Estou! São os senhores que me poem nervosa!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é nervosa, é falta de verniz!

O Orador: Então eu espero um bocadinho para se acalmar.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não se interpelem desta forma. Sr. Deputado André Bradford, tem de continuar.

O Orador: Eu espero. Não quero provocar nenhum tipo de enervação.

Isto descredibiliza quem se afirma como alternativa de poder, porque se diz que um dia resolve os problemas extinguindo os delegados de ilha e no dia seguinte pergunta ao Governo quando é que os delegados de ilha são nomeados, os açorianos ficam sem perceber exatamente por onde é que vai o PSD e que posição tem sobre as matérias essenciais para o futuro dos Açores.

Resumindo e termino já Sra. Presidente, nós estávamos convictos da importância, do interesse desta iniciativa.

Verificámos ao longo desta iniciativa que esse interesse e essa importância foi sendo reconhecido pela oposição, que cada vez fez mais perguntas e cada vez queria maiores e mais esclarecimentos e, portanto, demos o nosso contributo como partido político maioritário nesta Assembleia para que se façam reflexões ponderadas sobre aquilo que corre mal, sobre aquilo que corre menos bem e sobre aquilo que corre bem, porque também se deve refletir sobre o que corre bem para que corra ainda melhor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para?

Deputado Luís Maurício (PSD): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, relativamente às afirmações do Sr. André Bradford quando, dirigindo-se a um colega meu de bancada o tratou por empresário, quando o estatuto com que ele aqui se senta é de deputado regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto.

Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vale tudo nesta Casa ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e o estatuto com que nós aqui exercemos a nossa função é o de deputado regional representando o melhor que podemos aqueles que nos elegem ...

Deputado André Bradford (PS): Concordo em absoluto!

O Orador: ... e não faz sentido a atitude que eu considero mesquinha do Sr. Deputado André Bradford que pretende aqui confundir interesses pessoais ...

Deputado André Bradford (PS): Não, não!

O Orador: ... com a capacidade de um deputado representar os interesses das pessoas que o elegeram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isto é mesquinhez política e falta de caráter foi aquilo que o senhor aqui exibiu.

Portanto, queria nessas circunstâncias, Sr. Deputado, protestar contra as afirmações que o senhor aqui fez e as referências que fez enviesadas e de mau gosto a um colega meu de bancada, como também lhe queria dizer e pedindo, Sra. Presidente, a transcrição do debate no que a essa matéria diz respeito o mais rapidamente possível e ser distribuído pelos Srs. Deputados, que é falso que o PSD tenha aqui dito, nomeadamente através do Deputado António Pedroso, que o PSD queria que a Sata diminuísse as suas ligações para os Estados Unidos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é absolutamente falso e revela bem, se o senhor não vier aqui contradizer-se, aquilo que é a sua postura e o seu caráter na atuação política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício, a questão da adjetivação pessoal não tem cabimento neste Parlamento.

Sr. Deputado André Bradford, para um contraprotesto, tem a palavra. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetecia-me mais fazer um protesto do que um contraprotesto, porque não percebo os motivos nem o tom do protesto do PSD e o tom utilizado pelo Sr. Deputado Luís Maurício.

Eu, em momento algum, quis insinuar o quer que seja.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Então porque se referiu a um colega seu como empresário?

O Orador: Aliás, ninguém aqui faz política (não me recordo que isso tenha acontecido, eu nunca fiz isso) com a vida pessoal, nem com a vida profissional de cada um dos deputados. Não era esse o meu objetivo, nunca foi esse o meu objetivo. Apenas apontar uma contradição que me pareceu relevante de uma pessoa ligada ao setor, dizer que o problema...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): O senhor está aqui em debate com colegas seus, como deputados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Vamos permitir que o Sr. Deputado André Bradford termine a sua intervenção.

O Orador: Dizia eu apenas apontar a contradição pelo facto de uma pessoa que é empresária do setor estar a dizer que o Governo é que tem culpa dos salários que se pagam no setor. Foi só isso que eu quis dizer. Não tem nenhum tipo de ofensa. Não foi com essa intenção. Acho que ficou relativamente claro.

Agora, Sra. Presidente, uma coisa que o Sr. Deputado Luís Maurício disse é verdade: não vale tudo aqui dentro e quando as coisas correm mal a gente pode inventar protestos, a gente pode rasgar as vestes e dizer que o deputado da frente não tem caráter, é mesquinho e isso tudo o senhor acha isso legítimo. O senhor acha isso legítimo dizer que a pessoa não tem caráter, que é mesquinho. É tudo legítimo.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Caráter político!

O Orador: Foi! Mais ou menos político!

Isso não tem problema nenhum.

É preciso é que não se lembrem da postura e da prestação do PSD neste debate. Eu lembro-me, vou continuar a lembrar-me e este tipo de incidentes não fazem esquecer as inabilidades, as incompetências e as incapacidades de cada um.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Se António Costa pede desculpa, André Bradford também podia pedir!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrámos o nosso ponto número um da Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos, agora, no ponto 2: **Projeto de Resolução n.º 47/XI – “Recomenda a criação, no âmbito da Comissão...**

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço algum silêncio! Sras. e Srs. Deputados!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o ânimo do debate tem que encerrar juntamente com o encerramento do ponto, sob pena de não termos condições

para continuarmos os nossos trabalhos. Por isso, apelava a todos que pudéssemos nos concentrar novamente naquilo que aqui nos traz, que é, nomeadamente, e como eu estava a dizer, o ponto 2 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 47/XI – “Recomenda a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de um grupo de trabalho que analise...**

(Pausa)

... e avalie as respostas públicas regionais na área de promoção...

(Pausa)

... dos direitos e proteção de crianças e jovens, dirigidas a jovens com mais de 12 anos de idade”. Este projeto de resolução é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em julho de 2015, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais que visava a avaliação das políticas públicas regionais para a infância e juventude, nos Açores, sob proposta do PPM, através de um projeto de resolução que foi aprovado por unanimidade, nesta casa.

O grupo de trabalho debruçou a sua análise e avaliação por questões operacionais às políticas regionais, aplicadas nos últimos dez anos, na região, e à faixa etária até aos 12 anos de idade.

Do trabalho efetuado resultou um relatório que continha não só a análise da situação vigente, à data, mas também e principalmente conclusões e recomendações ao Governo Regional, que apontavam para a necessidade de se

proceder a diversas alterações para o efeito de melhor acautelar os interesses e direitos das crianças e jovens, nos Açores.

O relatório final deste trabalho, é importante que se diga, foi também aprovado por unanimidade.

Como já vimos, em debates anteriores, o Governo Regional já operacionalizou várias das recomendações apontadas pelo relatório, como foi o caso da criação do Comissariado para a Infância e Juventude dos Açores, que veio dar resposta a várias das recomendações apontadas no relatório.

Sendo que a salvaguarda do bem-estar das crianças e jovens é um ponto imperioso, de grande importância e primordial para o Partido Socialista, naquela altura, assumimos o compromisso de, num futuro próximo, fazer-se a análise das políticas públicas regionais para a infância e juventude, a partir dos 12 anos de idade, faixa etária que não foi contemplada no primeiro grupo de trabalho, por razões operacionais, como já referi.

O projeto de resolução, agora apresentado, vem, exatamente, no cumprimento do compromisso assumido pelo Partido Socialista e pretende, no âmbito da Comissão dos Assuntos Sociais, que seja criado, agora, um grupo de trabalho que se debruce sobre a análise e a avaliação das políticas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos.

O trabalho final do grupo a ser criado deve culminar na elaboração de um relatório que tenha como objetivo contribuir, como o anterior, positivamente para aperfeiçoar as estratégias que são definidas, ou em prática, nas várias áreas de intervenção, como a saúde, a educação, a proteção social, entre outras, na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão, agora, abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a Palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Gostaria apenas de tecer três considerações em relação a este projeto de resolução.

Primeiro, dizer que os jovens desta região merecem todo o nosso empenho, a nossa dedicação e seriedade naquele que deverá ser um trabalho exaustivo e que se espera que culmine com conclusões e recomendações que só têm significado se, de facto, contribuírem para melhorar a adolescência.

É do conhecimento de todos os Srs. Deputados que a região apresenta indicadores sociais constrangedores, nomeadamente através da elevada taxa não só do abandono escolar, mas também de retenção escolar, uso de drogas, elevados casos de gravidez na adolescência. Mas isto são apenas alguns exemplos.

E a vontade deste grupo parlamentar, e que, certamente, será também a vontade de todos os deputados presentes nesta casa, é que o nosso trabalho possa, num futuro próximo, contribuir de forma positiva para inverter estas tendências.

Finalmente, gostaria de dizer que este trabalho só faz sentido se, de facto, o encarmos de forma séria e que nenhum elemento, mas mesmo nenhum, que integrará o grupo se sinta incomodado em identificar problemas, mas que sinta, igualmente, a responsabilidade de contribuir com ideias, recomendações e até com experiências, de forma a que qualquer ciclo negativo instalado nesta faixa etária seja definitivamente quebrado.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS obviamente que considera a matéria em causa da maior pertinência. Tudo aquilo que contribua para melhorar as questões relacionadas com os nossos jovens é de fundamental importância, no entanto, só temos uma consideração: é que, há um ano a esta parte, nesta casa, foi aprovado um comissariado, que o Governo Regional considerava que era da maior importância, para fazer exatamente este trabalho e que, por aquilo que nós conhecemos, tem estado a fazer um excelente trabalho. Qual a necessidade de criar uma comissão que se vai sobrepor ao trabalho desse comissariado, que nós aprovamos, há tão pouco tempo, nesta casa?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos, então, passar à votação deste projeto de resolução.

(A Sra. Secretária está a fazer a contagem.)

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para uma declaração de voto? Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O CDS, apesar da questão que colocou, vota favoravelmente, já fez saber que não participará desses trabalhos e agradece o silêncio ensurdecedor em relação à bancada do PS.

Muito obrigada.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos, agora, no ponto 3 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptomérias, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”. Este projeto de resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As matas de criptoméria, propriedade da Região Autónoma dos Açores, possuem, para além de um inegável interesse ambiental, um potencial económico significativo que deve ser devidamente aproveitado.

O desenvolvimento da fileira madeira da nossa Região pode ser de grande importância, não apenas em termos da geração de riqueza num sector sustentável que contribui positivamente para reduzir a nossa pegada de carbono, mas também para a criação de emprego, seja diretamente, seja através dos vários escalões da cadeia de valor que pode criar.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconhecendo esta realidade, a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, aprovada pelo XI Governo Regional, em Dezembro de 2012, previa rentabilizar “*os 4500 hectares de matas de criptoméria, propriedade da Região, através do corte de pelo menos 100 hectares por ano*”.

No entanto, verifica-se que, na ilha das Flores, apesar de existirem abundantes matas de criptoméria, propriedade da Região, não foi lançado qualquer concurso para o seu corte, comercialização e replantação, ao contrário do que sucedeu nas ilhas de São Miguel e da Terceira.

A madeira destas árvores que, em muitos casos, já atingiram a sua maturidade, vai começar a perder valor, pelo que a demora no seu corte e comercialização constitui um lamentável prejuízo para o património público.

Igualmente, desperdiça-se assim uma oportunidade preciosa para as pequenas empresas locais criarem valor e gerarem emprego na ilha mais ocidental do Arquipélago dos Açores.

É importante salientar que o corte e aproveitamento destas matas, acompanhado da respetiva reflorestação, constitui uma oportunidade para a renovação do seu potencial económico e ambiental, para além de gerar proveitos para o erário público.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão, agora, abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A floresta constitui um bem precioso na paisagem dos Açores, ocupando cerca de um terço do território regional.

O setor florestal tem uma importância ambiental, social e económica e com potencial de expansão. Neste sentido, importa estabelecer compromissos entre a exploração e a preservação dos recursos.

Vivemos tempos de grandes transformações, sendo que a floresta desempenha um papel preponderante na qualidade de vida e de bem-estar da sociedade. As exigências do consumo alteraram-se, obrigando os agentes desta fileira a adaptarem-se a uma nova realidade.

Do ponto de vista social e ecológico, as áreas florestais são fundamentais na conservação dos solos, na conservação da natureza, na proteção do ambiente, no ordenamento cultural e paisagístico, pelo que a intervenção humana sobre a floresta deverá obedecer a regras criteriosas e, sobretudo, deverá ser feita de forma sustentável e sem risco para o futuro.

A propriedade florestal na região divide-se em três grupos, nomeadamente propriedade privada, propriedade pública e os baldios. É nos baldios que se encontram as maiores manchas de floresta endémica e resistente aos tempos. A componente pública do setor florestal é aquela que continua a ser determinante, quer pela área que gere, quer pelo desempenho e liderança na definição de estratégias na procura de respostas.

As políticas de desenvolvimento rural promovidas pela União Europeia têm permitido que o setor florestal da região apresente uma dinâmica favorável, quer em termos ambientais e sociais, quer em termos de valorização económica, permitindo, assim, um crescimento sustentável.

Neste sentido, importa referir que, nas últimas décadas, a área florestal privada de terras agrícolas cresceu cerca de 1500 hectares, por via da beneficiação dos povoamentos existentes, ações de reconversão, rearboreção e arborização.

Relativamente ao projeto de resolução em análise, importa esclarecer o seguinte. A colocação de matas públicas para venda depende de diversos fatores, nomeadamente da necessidade de rejuvenescer e de converter áreas

florestais públicas, da oferta do setor público e do privado e da capacidade de exploração e transformação existentes em cada ilha. Nas ilhas onde não existe carência, o Governo Regional não tem colocado matas públicas à venda, de modo a não competir com o setor privado.

Entre 2014 e 2016, foram cortados cerca de 63 hectares dos 207 colocados a concurso, estando a ser exportados cerca de 100 contentores de 40 pés de madeira, por ano, para os Estados Unidos da América, com perspectivas de aumento. Na ilha das Flores, o caminho a seguir é o mesmo, dependendo do interesse dos privados.

O estado de maturação das matas nas Flores não se justifica que se avance para o corte, visto que os povoamentos de criptoméria estão em bom estado sanitário, aliado ao facto de não existir interesse comercial de privados na exploração de matas nesta ilha.

Atendendo ao referido e às audições realizadas pela Comissão Permanente de Economia, com competência nesta matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ciente da importância crucial da nossa floresta, considera que as recomendações propostas no Projeto de Resolução n.º 14/XI, de 13 de fevereiro de 2017, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, não se justificam.

Disse.

Obrigada, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

A apresentação desta iniciativa que visa o concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores, permite-nos abordar algumas questões importantes relativamente à floresta nos Açores,

designadamente quanto ao perfil dos seus proprietários, público ou privado e à respetiva gestão, não constituído o caso das Flores uma situação de tratamento distinto de uma política florestal regional, a par do interesse local para a respetiva economia.

Apesar da presença de vacas na paisagem ser uma imagem de marca dos Açores, não podemos ignorar a presença florestal marcante em algumas zonas do arquipélago, ocupando 30% do nosso território, traduzindo-se num setor com interesse ambiental, que diversifica a paisagem, mas também, e cada vez mais, com interesse económico.

A *Cryptomeria japónica*, por sua vez, representa uma presença significativa na totalidade dos espaços florestais nos Açores, o que releva, por um lado, a sua importância e, por outro, a necessidade de ponderar a introdução de outras espécies com valor comercial e ambiental, devidamente estudada a sua introdução e adequação.

A eventual deficiência no inventário florestal regional e de planeamento plurianual no corte e na gestão da exploração florestal pode permitir a perda de valor e, no caso da floresta privada com interesse ambiental, a proibição de corte deve merecer apoio compensatório.

Repartido entre floresta pública, floresta privada e ocupação de baldios de gestão pública, o investimento nesta fileira volta a ser considerado no Programa Prorural + com relevância para duas áreas: investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas e nos serviços silvo ambientais e climáticos e conservação das florestas, constituindo, assim, para além da área pública florestal, o apoio ao investimento e à manutenção da floresta nos Açores, com incentivos públicos ao investimento privado.

De acordo com a informação do Secretário Regional da Agricultura e Florestas em comissão existem na ilha das Flores 260 hectares de floresta pública e 230 hectares privados, o que denota a atenção redobrada nas decisões de corte e

comercialização das matas públicas face também aos interesses dos silvicultores privados, na obtenção dos recursos justos e adequados aos investimentos realizados, cujo proveito é obtido muitos anos após o esforço de investimento.

A gestão da floresta pública nos Açores deve compatibilizar-se com a floresta privada e o seu interesse económico, visto que há proprietários que promoveram e promovem investimento nesta fileira numa visão empresarial, a par do interesse público de carácter ambiental e da diversidade na ocupação dos solos, há também capitais privados envolvidos, risco associado e sujeição quanto ao comportamento dos mercados.

Por outro lado, recordamos o compromisso do governo regional na criação de 1.000 postos de trabalho na área florestal, diretos e indiretos, que continuam sem verificar-se, mas acima de tudo importa potenciar e valorizar o emprego local nas ilhas e nos concelhos onde as operações de corte, tratamento e reflorestação acontecem.

O governo regional não pode incentivar os produtores florestais privados a investir e a manter a floresta com recurso a fundos públicos e depois concorrer com eles na utilização comercial desta mesma floresta pública, bem como adotando critérios inadequados à gestão da floresta privada, designadamente nos critérios para plantação e corte.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No caso da ilha das Flores, o nosso entendimento sobre o tratamento da floresta na ilha elege os seguintes pressupostos:

- avaliar o interesse dos produtores florestais privados no corte e comercialização das matas e salvaguardar o preço médio do material lenhoso a comercializar na ilha e no exterior por forma a evitar concorrência desleal;
- criar as condições para que a certificação da floresta constitua uma mais valia aos produtores florestais privados e viabilizar uma cadeia local de aproveitamento empresarial e de criação de emprego;

- assegurar que, em qualquer caso, e de forma especial nas operações com a floresta pública nas Flores a economia local seja diretamente beneficiada, designadamente adotando critérios semelhantes à da gestão de baldios com repartição de proveitos junto das entidades locais;
- por fim, proceder, de forma transparente, ao corte das matas de criptoméria exclusivamente de material em estado adequado de maturação.

Assim, é com estes pressupostos que iremos votar favoravelmente o presente Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma das medidas da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego, que foi apresentada em 2012, pelo Governo Regional, era a valorização da fileira da floresta com a eventual criação de 1000 postos de trabalho. Chegados aqui, julgo que seria importante perceber e perguntar ao Governo Regional quantos postos de trabalho, efetivamente, foram criados e em que ilhas, no seguimento desta medida.

Tendo em conta as declarações do Sr. Secretário da Agricultura e Florestas na audição em comissão, no âmbito da discussão deste projeto de resolução do PCP, parece-nos que, e tendo em conta que afirmou que não estão a ser postas à venda matas públicas na ilha das Flores, parece-nos que, na ilha das Flores, esta medida ainda não se aplicou.

Sobre a iniciativa em concreto do PCP, o Bloco de Esquerda irá votá-la favoravelmente. Consideramos que, efetivamente, é importante haver um

levantamento das matas de propriedade pública, na ilha das Flores, e em todas as ilhas, como é óbvio, assim como a sua valorização comercial.

Para além disso, obviamente que é necessário ter em conta e acautelar as questões ambientais, as questões paisagísticas e o impacto que o corte dessas matas possa ter na economia da ilha e em outras atividades económicas, na ilha das Flores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta, agora, em debate foi apresentada, nesta Assembleia, no Plenário de fevereiro último, com carácter de urgência. À data, foi deliberado, e bem, que a mesma deveria baixar à comissão para análise e recolha de elementos que nos permitissem decidir de forma mais fundamentada. Aquela deliberação permitiu tomarmos conhecimento do estado de conservação das matas de criptoméria das Flores, que é o primeiro objetivo da proposta e uma preocupação de todos nós.

Conforme consta do relatório da comissão, e resultado da avaliação feita pelos técnicos dos Serviços Florestais, o estado sanitário das matas é, na generalidade, bom; portanto, o primeiro objetivo da proposta já está cumprido.

Mas antes de entrar na análise do segundo objetivo proposto, permitam-me referir mais elementos que foram possíveis conhecer e que, importa referir, fundamentaram a posição já assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em sede de Comissão de Economia.

Em primeiro lugar, ficou a conhecer-se que na ilha das Flores a área das matas de criptoméria é de cerca de 490 hectares, sendo 260 públicas e 230 privadas; ficámos também a saber que algumas, designadamente as localizadas dentro do perímetro florestal, são floresta de proteção, que servem de abrigo às pastagens

das denominadas tapadas, utilizadas por praticamente todos os lavradores, no período de verão. O corte daquelas matas reduzirá, naturalmente, a produção daquelas pastagens e, conseqüentemente, trará prejuízos para os lavradores da ilha, logo, redução de rendimentos num setor importante da nossa economia. Esta posição foi defendida pelo Sr. Presidente da Associação Agrícola da Ilha das Flores. Ficámos também a conhecer que o volume de corte de médias anuais é inferior a meio hectare, feita na área do setor privado, que as quantidades daqueles cortes, associadas à importação de madeira já trabalhada, suprem as necessidades da construção civil, naquele material, que o recurso à importação se deve ao facto de ser economicamente mais vantajoso do que o corte e transformação de matas existentes em locais de difícil exploração, dada a orografia da ilha.

Com base nas audições do Sr. Presidente da Associação Agrícola, dos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Santa Cruz e das Lajes das Flores, permite-nos afirmar que os cortes a realizar tenham em consideração o impacto ambiental para não existir a descaraterização da paisagem e que a reflorestação deverá ser feita de imediato, de modo a minorar possíveis impactos de instabilidade nos terrenos.

Consta também do relatório, ao contrário do que parece indiciar a proposta, que não tem existido ainda interesse dos privados deste setor para o corte de matas existentes nas Flores, sendo previsível que o seu corte deva avançar entre cinco a dez anos, o que poderá ser antecipado, caso as atuais condições se alterem, ou seja, caso venha a existir interesse de empresas privadas e que não conflituem com a venda de matas privadas, naturalmente, o Governo estará atento e colocará, antecipará esse prazo de abertura de concursos.

Considerando ainda os condicionalismos constantes dos cadernos de encargos dos concursos já lançados, importa referir que, na ilha das Flores, não existe nenhuma empresa que reúna as condições para ser opositora a um concurso,

pelo que um importante pressuposto constante da introdução da proposta, oportunidade de as empresas locais criarem valor e gerarem emprego nas Flores, não seria alcançado, caso se decidisse avançar de imediato para o lançamento do concurso.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, consciente da importância que a existência daquele bem tem, considera que o mesmo não deve ser desperdiçado, mas, pelo que aqui já foi referido e demais dados constantes no relatório, considera que o lançamento imediato do concurso de matas de criptoméria, na ilha das Flores, não deverá avançar de imediato.

Entendemos também que, durante o espaço temporal previsto para o lançamento dos concursos, os Serviços Florestais devem continuar a monitorizar o estado das matas e, em simultâneo, deverão ser desenvolvidos esforços para que as pequenas empresas existentes e as que possam ser criadas avancem para a sua certificação, de modo a poderem ser opositoras a futuros concursos.

Para finalizar e tendo em consideração que, no imediato, os pressupostos da proposta não estão reunidos, é por essa razão também que não se atingirá o segundo objetivo da proposta, pelo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não a pode viabilizar. Posição diferente assumiríamos se a proposta formulada tivesse em consideração os aspetos já referidos. Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em relação à questão da fileira da madeira, esta iniciativa trazida a Plenário pelo PCP é muitíssimo pertinente, até porque a questão da fileira da madeira, há quatro anos, muito discutida nesta casa, passou um apagão e, durante estes últimos quatro anos, não se sabe o que é que aconteceu a tão promissora fileira da madeira em que iríamos investir.

E depois, observei que algumas das declarações feitas pelo Sr. Secretário, em sede de comissão e aqui repetidas, não correspondem, seguramente, à verdade.

Um dos argumentos que tem sido aqui aduzido, e foi também pelo Sr. Secretário, em sede de comissão, e cito as suas palavras, “Nas ilhas onde não existe carência, o Governo não tem colocado matas públicas à venda para não competir com o setor privado”. Eu devo lembrar que, há quatro anos, quando se abriu um concurso público internacional de 103 hectares, o Governo disse que iria permitir um encaixe ao Governo de quatro mil euros. Portanto, 100 mil hectares, 400 mil euros, dá um preço por hectare de quatro mil euros. Devo lembrar que, na altura, os privados estavam a vender a 15 mil euros e isto é uma concorrência desleal aos privados, que os senhores, há quatro anos, fizeram e não estavam nada preocupados com a concorrência desleal aos privados. Mas, na altura, que foi na altura que o Governo Regional passou a comercialização da fileira da madeira para a Azorina, estava muito mais preocupado em encontrar receita para pôr as contas da Azorina em dia do que com os privados. Passados quatro anos, afinal, já ninguém está preocupado com a concorrência desleal.

Mas ainda fiquei mais baralhada, porque, na altura, tivemos a certeza de que esta venda da madeira era para sanar as contas da Azorina, passando para a Azorina essa competência, mas, depois, em sede de comissão, o Sr. Secretário diz assim: “O produto da venda das matas públicas constitui receita do Orçamento Regional”. Ao fim de um ano a tutelar a Direção Regional das

Florestas, ainda não percebeu que ela já não está no Governo Regional, que está na Azorina?

Mas mais grave. Quando lhe é colocada diretamente a questão, pelo CDS, em que pergunta, muito claramente, “Sr. Secretário, a empresa Azorina, no âmbito da fileira da madeira, o que é que tem feito em termos de programação sustentável do corte e reflorestação?”. Resposta do Sr. Secretário: “Relativamente à Azorina, eu não tenho conhecimento do que é que se está a passar, porque não está sobre a minha alçada”. Mas o Sr. Secretário Regional não é que tutela a Direção Regional das Florestas? Então, não sabe o que é que se está a fazer de abate, de reflorestação, porque não está na sua tutela?! Então, a Azorina, que pertence ao ambiente, tutela a fileira da madeira e o Sr. Secretário que tutela a Direção Regional das Florestas não faz ideia o que é que se está passando na região?! Mas, provavelmente, isso justifica o facto de ter dito, em sede de comissão, e, hoje, já aqui repetido por um dos deputados da bancada do PS, muito criativos, que se limitaram a ler aquilo que o senhor disse lá, vem afirmar que,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E o que é que a senhora está a fazer?

A Oradora: ... em 2016, foram cortados 63 hectares...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não seja indelicada, Sra. Deputada!

A Oradora: ... dos 207 colocados a concurso. Que eu saiba, só foram colocados a concurso 103. Onde é que foram colocados a concurso os outros todos? E, na altura, só veio a jogo para comprar os 107 a Marques e mais uma outra empresa privada de São Miguel e só quiseram ficar com 40%; 40% de 100 são 40 hectares. Onde é que foram vendidos os outros 63? Também não percebi.

E, para já, são estas as questões.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem colocadas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Basta fazer uma leitura do que o Sr. Secretário Regional disse em sede de comissão para percebermos que é importante haver o corte de madeira de criptoméria, na ilha das Flores, mas que o que falta são meios técnicos, humanos, financeiros para que se faça esse corte desta madeira.

Em relação ao que é dito pelos dois presidentes de câmara à comissão foi, e passo a citar. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores: “Cabe aos técnicos competentes deliberar se os cortes devem ser feitos e se a madeira está em estado de maturação.” O Presidente da Câmara Municipal das Lajes o que diz, passo a citar: “Desde logo, que não tem conhecimento sobre o projeto de resolução.”

Bom, mas também há uma posição pela Ambiflores a dizer, e passo a citar, “Concordo, de uma forma geral, com o corte das matas de criptomérias que estão envelhecidas e até já com marcas de apodrecimento, no interior das quais nos foram tiradas fotografias”.

O Sr. Presidente da Associação Agrícola também diz que sim, que é importante haver o corte e a reflorestação das matas de criptoméria.

Sr. Secretário, duas ou três perguntas concretas em relação a este assunto.

O Sr. Secretário tem conhecimento de que idade têm as criptomérias que lá foram plantadas, há uns anos? Sr. Secretário, qual é a quantidade de madeira de criptoméria que foi retirada, nas Flores, nos últimos dez anos? Sr. Secretário, nós, na nossa proposta, não queremos, de modo algum, cortar as chamadas cortinas de abrigo nas tapadas dos baldios, geridas pelos Serviços Florestais. O

Sr. Secretário sabe tão bem como eu que a grande quantidade de matas de criptoméria na ilha das Flores nem sequer faz parte de cortinas de abrigo a estes terrenos.

Portanto, eram estas as questões que tinha para colocar, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, caros colegas, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostaria de, sobre esta matéria, tecer algumas considerações de âmbito mais geral, mas indo ao encontro daquilo que são as preocupações desta resolução e, depois, irei procurar responder a algumas das questões mais pontuais e específicas que me foram colocadas.

Eu devo dizer que a colocação de áreas públicas à venda por parte da Direção Regional dos Recursos Florestais está, naturalmente, associada a diferentes fatores e que tem pesos diferentes em cada uma das nossas ilhas. A necessidade de reconverter e rejuvenescer áreas florestais que são geridas pela região, a procura de material em cada uma das diferentes ilhas, a oferta entre o setor público e o setor privado e a capacidade (e este aspeto é muito importante) de exploração e transformação existente em cada uma das ilhas. Daí que, além da venda pontual de pequenos lotes públicos, que, ao longo dos anos, tem sido feito pelo Governo Regional, em ilhas onde se verificam carências de oferta,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso já derrapou, ao tempo que foi, há 4 anos!

O Orador: ... por parte dos privados, que é o caso de Santa Maria, Terceira e Faial, o Governo lançou, em 2014, procedimentos concursais para a venda de madeira e rearborização.

A análise geral às condições dos povoamentos florestais públicos no arquipélago revela que podem existir situações que mereçam especial atenção, como foi o caso que se verificou na ilha de São Miguel. Ou seja, a mesma intensidade de corte não pode ser imposta nas restantes ilhas, visto que se corre o risco de adotar soluções que são desajustadas face àquilo que são as necessidades e à própria conjuntura económica e comercial de cada ilha.

O Governo Regional, também e de forma a dar resposta àquilo que são as necessidades de cada uma das ilhas, tem apostado na qualificação de recursos humanos, que é essencial nesta fileira.

Já foram ministrados vários cursos de motosserristas, operadores florestais, que já abrangeram mais de 100 participantes, não só de empresas, mas também de pessoas inscritas nos centros de emprego.

Aliás, neste âmbito, na última visita que o Secretário Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural fez aos Açores, houve o compromisso da sua parte de que um conjunto de técnicos aqui, da região, irão receber formação no Centro de Operações e Técnicas Florestais da Lousã, de modo a que fiquem preparados para, na região, darem formação e prepararem mais pessoas para entrar nesta fileira.

No caso concreto da ilha das Flores, nós, como já foi aqui dito, temos 260 hectares de matas públicas e 200 hectares de matas privadas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quanto?

O Orador: Duzentos e trinta!

Ou seja, não houve, até à data, qualquer solicitação para a exploração e cortes de áreas florestais públicas nesta ilha.

Respondendo à questão concreta do Sr. Deputado João Paulo Corvelo, de acordo com o inventário florestal publicado, o último, que é do ano 2007, contudo, no que se refere em termos de inventário florestal, todos os anos, o nosso inventário florestal é atualizado, aliás, posso, aqui, anunciar que, em

2019, teremos a publicação de um novo inventário florestal da região, mas, dizia eu, 50% do povoamento florestal tem uma idade superior a 30 anos, com uma idade média de 40; 20% do povoamento tem entre 20 e 30 anos, com uma idade média de 28; 30% do povoamento tem uma idade inferior a 20 anos, portanto, com uma idade média de 18.

Desde 2010 que a região, através da Direção Regional de Recursos Florestais, tem autorizado, em média, não chega a meio hectare por corte de madeira de criptoméria, em áreas privadas, que, no entender do Governo, têm sido suficientes para dar resposta às necessidades locais.

Acresce ainda que em ilhas onde não exista manifesta carência de madeira, como é o caso das Flores, colocar à venda estas matas da região seria constituir uma concorrência desleal com o setor privado. E, nessa matéria, é preciso dizer o seguinte.

O Governo, quando lançou a concurso as matas públicas, em São Miguel, não entrou em concorrência com o setor privado. É preciso dizer isso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vender a quatro mil quando o privado vende a 15 mil não é concorrência desleal, Sr. Secretário?! Então, o que é?

O Orador: Aliás, devo dizer, São Miguel é caracterizado por povoamentos de grande dimensão, de difícil acessibilidade, de boas condições de reflorestamento e de boa produtividade, daí que foram tomadas medidas importantes para garantir que não houvesse concorrência. A primeira foi a certificação da gestão florestal e isso, neste momento, só acontece na ilha de São Miguel.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Corvelo (PCP): Nas Flores?

O Orador: E, por outro lado, isso resultou numa diferenciação do produto que foi vendido pelos privados.

E outra questão importante tem a ver com a obrigatoriedade, se assim se pode dizer, para exportação. Ou seja, a madeira que está a ser cortada e abatida em

São Miguel, no âmbito dos concursos públicos, é madeira destinada à exportação, aliás, como foi dito aqui pelo Sr. Deputado Manuel Pereira, neste momento, a empresa que explora essas matas está a exportar cerca de 100 contentores de 40 pés, por ano, para os Estados Unidos da América. Aliás, recentemente, tive uma reunião com a empresa americana que está a comprar a madeira e há fortes possibilidades de a região aumentar a exportação nessa matéria, com o crescimento muito significativo do volume de madeira exportada para os Estados Unidos.

Em São Miguel, existem cerca de 8600 hectares de criptoméria japónica, cerca de um terço dessa área são matas públicas, os outros dois terços são áreas privadas.

Entre 2014 e 2017, foram contratados 205 hectares, a um preço contratual de 380 mil euros, e, neste momento, a área explorada é de cerca de 70 hectares; a área rearborizada é de cerca de 40 hectares; o volume cortado de madeira é superior a 44 mil m³ e o volume exportado estima-se de 25 mil m³. Ou seja, neste momento, nós, portanto, em São Miguel, estamos com uma exploração média de 25 hectares por ano e uma exportação de 100 contentores de 40 pés por ano.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Já volto! Sr. Deputado, foram colocadas questões de diversa natureza!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor não está a responder a nenhuma das questões que eu coloquei!

O Orador: Sra. Deputada, tem que estar mais atenta; se estiver atenta, vai perceber que eu já respondi a várias questões que colocou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se for preciso, a gente chama o motosserrista certificado!

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de continuar!

O Orador: Voltando à questão das Flores, Sr. Deputado. Neste momento, não há condições objetivas para se proceder ao corte, à venda de matas públicas da região. Não há, neste momento, empresas preparadas para tal; por outro lado, as matas existentes estão em boas condições sanitárias, aliás, em março deste ano, foi feita uma vistoria por técnicos da Direção Regional e concluíram isso mesmo. Aliás, as únicas áreas que foram identificadas como tendo problemas que tiveram a ver com ventos que ocorreram em anos anteriores, são situações pontuais, quatro: no Caminho do Rochão, na Caldeira, na Caldeira da Lomba, no Caminho da Fonte do Frade e na zona dos Caldeirões. Daí que aquilo que é a estratégia do Governo em relação às matas das Flores é que, num prazo de cinco a dez anos, vamos proceder a uma oferta pública para um corte de dez a 13 hectares, em média, por ano, e, claramente, tem de ser destinada à exportação e devidamente certificada. Se assim não for, o risco que existe, neste momento, é se nós lançamos um concurso para a venda da madeira das matas públicas nas Flores, o concurso vai ficar deserto, porque não há meios e não há empresas preparadas para tal. Aliás, é vermos aquilo que acontece em São Miguel. No último concurso que fizemos de 100 hectares, apenas uma empresa concorreu,...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: O último concurso foi de 100 hectares, que já foi adjudicado, e vamos lançar, até ao final do ano, mais um concurso para 350 hectares, para ser explorado em cinco anos, ou seja, este ano, vamos lançar concursos para 500 hectares de mata para um corte de cinco anos. Alterou-se, aqui, a estratégia de

em vez de fazer cortes de um ano para cinco anos, porque, de facto, a empresa que está a comprar, neste momento, madeira nos Estados Unidos, quer também, da parte da região, garantias que a região tem madeira suficiente e com um prazo razoável para fornecer. Portanto, a estratégia foi aumentar a área a concurso e alargar o período de contratualização. Isso, por outro lado, vai exigir, no próximo concurso e no curto prazo, que as empresas têm que reforçar as equipas, ou seja, vão ter que aumentar as equipas de corte e também reforçar a parte da transformação.

É verdade, que assumo, aliás, já tive oportunidade de dizer isto, julgo que aqui, nesta casa, que, em relação aos 1000 postos de trabalho, esses postos não foram criados, agora, o que importa, neste momento, é olhar para o futuro com confiança e, de facto, aquilo que está a acontecer na fileira da madeira, neste momento, dá-nos perspectivas que, nos próximos anos, vamos ter um crescimento sustentável nessa área com a criação de postos de trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mil! Mil!

O Orador: O número de postos de trabalho que, neste momento, existem, de forma direta, estimamos que sejam 100 postos de trabalho, naturalmente, há muitos postos de trabalho indiretos, que têm a ver com toda a fileira e com toda esta área que, naturalmente, é importante para o futuro da região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas, na sequência das palavras do Sr. Secretário, e quando disse que temos que olhar para o futuro com confiança, eu entendo que devo fazer aqui uma questão à Sra. Secretária Marta Guerreiro, que tutela a Azorina, e que se prende com o seguinte. Atendendo a que as matas da

região atingem o seu estado de maturação, matas privadas e matas públicas, e a Azorina tem a responsabilidade da gestão das matas públicas, a comercialização, queria perguntar-lhe, Sra. Secretária, se o Governo tem algum estudo que revele, a partir do momento do estado de maturação das matas, quando não são estas matas aproveitadas, qual a sua desvalorização anual.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ver se nós nos entendemos.

Sr. Secretário, confirma que o último concurso público que houve foi de há quatro anos e que se abriram a concurso público 103 hectares. Há dois, três meses, faz declarações, que reafirmou agora, de que já abriu concurso público para 207 hectares. Pergunto, já lhe perguntei, há pouco, volto a perguntar, onde é que foram colocados a concurso público esses 104 hectares de diferença?

Depois, em relação a São Miguel, afirmou que tínhamos várias áreas de terrenos de reflorestação difícil. É verdade! Uma das principais críticas que foi feita pela oposição, na altura, ao Governo, é que abriu concurso público exatamente em terrenos que eram de fácil acessibilidade, que eram de fácil corte e deixou para os privados os terrenos de difícil acessibilidade que iam tornar o custo da madeira ainda mais caro, com a agravante de que os senhores estavam a colocar a madeira no mercado a preços baixíssimos. Esteve lá e ouviu!

Deputado André Bradford (PS): Não ouvi isso!

A Oradora: Que estávamos a cometer o erro de estarmos a colocar os preços da madeira muitíssimo baixos, desvalorizando a fileira da madeira, e o Sr. Secretário, passados quatro anos, vem-nos dar, efetivamente, razão.

Mas devo lembrar-lhes que, agora, há uma grande preocupação em relação às Flores de não permitir a abertura de concurso, porque não existem pessoas especializadas. Sr. Secretário, sabe quem é que fez a replantação de um dos sítios mais difíceis da lagoa das Furnas? Sabe quem foi? Quem foi lá fazer a plantação foram as tropas, há três anos. Tinham curso? Ou militares, como queira! Tinham curso de serralheiro? Tinham curso... Dava que grau?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Motosserristas!

A Oradora: Foi feito um trabalho que era difícil e por pessoas que não tinham formação específica na área, mas, agora, nas Flores, já não podemos abrir concurso porque não há formação específica. Então, se era uma prioridade do Governo, há quatro anos, a fileira da madeira...

Não se ria, porque isto é triste. É triste um secretário que tutela uma área vir aqui repetir os mesmos valores e nem sequer ser capaz de saber o que é que se passa na sua tutela. Estou a colocar-lhe questões diretas, que agradecia a sua resposta.

O argumento utilizado, que é muito mais fácil importar madeira...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tem que se moderar, Sra. Deputada!

A Oradora: ... nas Flores, que sai mais barato do que fazer o corte de madeira nas Flores. Eu devo dizer-lhe que qualquer pessoa que diga isso, hoje, não sabe o que é que está a dizer e pelas piores razões, neste momento, o mercado da madeira está, seguramente, inflacionadíssimo. Portanto, a região, se tem matas, se tem, como foi afirmado, inclusivamente, pelo Presidente do Governo Regional, com o Sr. Secretário de Estado a dizer que a região tinha um potencial enorme na fileira na madeira, não seria a hora de começar a abrir concurso público? Qual é o problema de abrir o concurso público nas Flores? É porque a mata, nas Flores, está em bom estado sanitário? Pois, com certeza que tem de estar em bom estado sanitário! Só se pode fazer o abate de matas em

bom estado sanitário ou o Sr. Secretário também acha que podemos fazer comercialização de madeira bichada?! Essa era a solução: mau estado sanitário, madeira com problemas sanitários, então, vamos abater e fazer a comercialização, dando a belíssima imagem. Ainda por cima, temos um selo de certificação que tem cinco meses! Neste momento, estamos certificados por uma das maiores entidades de certificação de qualidade de madeira de criptoméria e só vamos abater aquilo que está em mau estado sanitário?

E, Sr. Deputado...

Deputado José Ávila (PS): Manuel Pereira!

A Oradora: ... Manuel Pereira,...

Obrigada pela chegada.

Deputado José Ávila (PS): Estou aqui para isso!

A Oradora: ... vem dizer que não podemos abrir o concurso nas Flores porque as cláusulas contratuais do contrato público que foi feito há quatro anos, as pessoas não conseguem... Aquele contrato foi um contrato completamente atípico, exatamente porque o Governo Regional ia inundar o mercado com 100 hectares de madeira. Portanto, tinha que garantir que alguma coisa, tinha que proteger os privados e pôs lá a obrigação da exportação, como colocou muitas outras obrigações, exatamente para não desregular o mercado. Mas isso não obriga que, se for para abrir dez hectares, tenha que ser um contrato público exatamente com o mesmo nível de exigências! Agora, está a partir do princípio de que não se pode abrir um concurso público nas Flores, porque o concurso de há quatro anos, para exportação de 100 hectares, tinha determinadas exigências. Peço imensa desculpa.

Sr. Secretário, agradecia que esclarecesse as questões que lhe voltei a colocar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quem nos ouve em casa, por exemplo, da ilha das Flores, quando ouve o Sr. Secretário Regional dizer que dá cursos de motosserristas e que há uma abundância de cursos para que as pessoas estejam formadas nas devidas condições, mas quem passa, por exemplo, pela sua secretaria e vê os tratores atirados num canto porque não há dinheiro para os arranjar, vê os carros atirados noutra parte porque não há dinheiro para arranjar, sabe que o Sr. Secretário não está a falar a verdade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não há motosserras!

O Orador: Não há motosserras, não há tratores, não há carros, não há motosserras, não há nada disso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas há matas!

O Orador: Eu fiquei bem elucidado que o Sr. Secretário e que o Governo Regional acham que é importantíssimo fazer o corte dessas matas, não tem a capacidade para as fazer já, só as pode fazer daqui a cinco ou dez anos.

Os técnicos, quando fiscalizam as matas, deveriam andar no terreno e não se deveria fazer a fiscalização das estradas regionais. É preciso ir ao terreno, é preciso ver as matas e é preciso ver a madeira, não é de fotografia de longe, Sr. Secretário. Aliás, os técnicos estiveram nas Flores e não foram ver a madeira que a Secretaria Regional de Obras Públicas esteve a cortar na sua oficina, para verem que, realmente, a madeira está a apodrecer por dentro, porque o prazo de vida útil desta madeira, em alguns casos, é mais do que 40 anos. Ou seja, ou esta madeira é aproveitada agora porque tem valor económico ou, então, não é aproveitada e a região vai ter que pagar para a cortarem e para tornar a plantar. Portanto, ou é agora ou o gasto para a região será elevadíssimo.

Sr. Secretário, o senhor falou nos lotes que foram vendidos na região. Eu pergunto: quais foram os lotes vendidos na ilha das Flores, nos últimos dez anos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu já tinha respondido, mas volto a referir, em relação àquilo que foram os concursos que foram promovidos pela região.

Em 2014, área a concurso, 103 hectares, área contratada, 35 hectares; 2015, área a concurso, 92 hectares, área contratada, 15; 2016, área a concurso, 11 hectares, área contratada, 11 hectares.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mas o senhor não pode somar! Essa era a residual!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora fez a pergunta, agora, ouça a resposta!

O Orador: Sra. Deputada, 2017, com este Governo, primeiro procedimento, 150 hectares para cinco anos. Foi adjudicado recentemente este concurso; até ao final do ano, vamos lançar mais um concurso para 350 hectares, para cinco anos. Não há qualquer concorrência com os privados, porque esta madeira está a sair da região para ser exportada, portanto, não há concorrência. A Sra. Deputada não pode vir aqui dizer que nós estamos a fazer concorrência, porque essa concorrência não existe, essa madeira está para ir para exportação, não é madeira que está a entrar no mercado local. Primeira questão.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Secretário Regional continue a sua intervenção.

O Orador: Não estamos a falar do mesmo tipo de madeira, será madeira certificada. Portanto, há um sistema de certificação FEC, que é este tipo de certificação, Sra. Deputada, que diferencia a madeira e permite que ela entre nos Estados Unidos. É isso que temos de perceber! E que tenha boa aceitação nos Estados Unidos. Portanto, e é isso que estamos a fazer. Já fizemos com os 150 hectares e vamos fazer com os 350 hectares. Portanto, neste momento, a questão fulcral é esta. A Sra. Deputada não pode vir para aqui baralhar e lançar a confusão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não! O senhor é que está todo baralhado, peço desculpa!

O Orador: Não, não! A Sra. Deputada é que está a tentar baralhar e está a lançar a confusão.

Portanto, não há qualquer concorrência, porque esta madeira destina-se ao mercado de exportação.

Sr. Deputado João Corvelo, neste momento, aquilo que é o entendimento da região, e apesar da idade que as matas públicas têm, na ilha das Flores, aliás, não são tão antigas como as da ilha de São Miguel (neste momento, estamos a cortar matas em São Miguel talvez com 60 anos e a madeira não está estragada)...

Deputado João Corvelo (PCP): O clima é diferente! O Sr. Secretário sabe isso!

O Orador: ... e, Sr. Deputado, aquilo que foi a informação dos técnicos que estiveram na ilha das Flores, nada indicia que a madeira se está a estragar.

Deputado João Corvelo (PCP): O senhor não foi para o terreno ver a madeira!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor está a pôr em causa que os técnicos não foram ao terreno.

Deputado João Corvelo (PCP): Eu vi-os tirar fotografias da estrada regional!

O Orador: Pronto! O Sr. Deputado fica com a sua e eu fico com a minha! Portanto, em relação a isso, eu não lhe posso dar outro benefício.

Agora, aquilo que é importante percebermos é que há uma estratégia em relação à fileira da madeira e, neste momento, não se justifica estar a abrir um concurso para a ilha das Flores, porque a questão (até parece que se está aqui a brincar com os cursos de motosserristas) de plantar ou de fazer a reflorestação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Motosserristas certificados!

O Orador: ... de áreas é completamente fazer o corte e para se fazer corte é preciso pessoal especializado. Mesmo na ilha de São Miguel, onde há uma grande tradição de corte de matas, os recursos humanos são escassos. Portanto, neste momento, se nós abirmos o concurso, eu tenho a certeza absoluta que vai ficar deserto na ilha das Flores. Eu não sou bruxo, mas tenho essa certeza.

Era só, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem, agora, a palavra.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu, quando faço a análise para o lançamento do concurso do corte na ilha das Flores, parto do pressuposto que são concursos idênticos aos que têm sido lançados. Portanto, implica que, como já o Sr. Secretário disse, existam empresas certificadas e que a madeira seja certificada para se destinar à exportação. Alterando as regras, aí, estaríamos também a introduzir, se calhar, madeira dessa, das matas públicas, nos privados, conflituando com os privados. Portanto, aí há qualquer contradição, pelo que acho que é clara a nossa posição.

Nós, aliás, o Sr. Secretário já disse, achamos que as matas das Flores têm potencial, têm valor, devem ser aproveitadas, a única coisa que nos diferencia é

o imediato. Eu disse isso na primeira intervenção. A única diferença é essa, porque o objetivo do levantamento, exceto o Deputado João Paulo Corvelo que põe em causa os técnicos, na nossa opinião, foi cumprido. Em relação ao segundo, é a criação de emprego, em especial, como diz o Presidente da Associação Agrícola, também de empresas das Flores, trabalhadores das Flores, portanto, criar riqueza para a ilha das Flores. Portanto, toda a gente partilha destas opiniões; agora, neste momento, isso é impossível ser feito, porque as empresas não estão certificadas, a madeira não está certificada.

Portanto, acho que esta posição é clara e penso que aquilo que o Governo Regional deve fazer é o acompanhamento, durante este período que medeia para o lançamento do concurso se, efetivamente, as condições se mantêm e, ao mesmo tempo, ajudar as empresas a se certificarem para que a riqueza possa ficar exatamente na ilha das Flores. É a única coisa que achamos que nos diferencia nestas posições. Parece que não estamos todos de acordo, estamos! É o imediato ou não imediato, apenas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu penso que quem está baralhado é o senhor. Vir dizer, aqui, que não é concorrência desleal estar o Governo Regional a vender um hectare de criptomérias a quatro mil euros, mesmo que seja para os Estados Unidos, estando o preço a ser praticado pelos privados é de 15 mil, ou seja, um americano que queira vir comprar um hectare à região não vai ter dúvida nenhuma onde é que vai comprar; vai comprar ao Governo Regional, porque, se o Governo Regional está a vender a quatro mil e o privado, ao lado, está a vender a 15 mil, qual é a dúvida? Qual é a dúvida de que isto é concorrência desleal?

Depois, diz, “É para exportação” ou não. A madeira recorrente desse abate é que tinha obrigatoriedade de ser, depois, vendida no estrangeiro, porque as empresas que foram ao abate...

(Aparte inaudível da Câmara)

A Oradora: Vou-lhe dizer quem era: era um agrupamento destes três, M. Cabral e Filhas, Lda., Artur Manuel e Paiva Oliveira e Marques, S. A.. Foi um consórcio destas empresas regionais que concorreu e que abateu. Têm obrigação, depois, de vender a madeira para o exterior. Portanto, não me venha dizer que é um preço para exportação e um preço para o mercado interno. Quem está baralhado é o senhor. Estávamos a falar da venda do preço do hectare. O Governo Regional vendeu o hectare de criptoméria a quatro mil e devo dizer-lhe, na altura, havia um lote de 15 hectares que foi vendido a 15 mil euros, ou seja, foi vendido a 1000 euros o hectare, quando os privados estavam a vender a 15 vezes mais.

Isto é concorrência desleal e eu não estou baralhada, e estes dados são públicos e publicados.

Em relação à questão de que, na altura, era mais caro porque era certificado, Sr. Secretário, isto foi vendido em 2014 e 2015; a madeira só foi certificada e o primeiro concurso público de madeira certificada foi aberto em maio de 2017. Portanto, o senhor é que está a querer baralhar aqui, mas ninguém aqui está baralhado e está esclarecido.

E, nas Flores, não vem mal nenhum ao mundo que a criptoméria das Flores também seja certificada. Qual é o problema?

E obrigação da exportação foi colocada, na altura, e quem estava no debate sabe isto, exatamente para não haver uma desregulação do mercado interno, porque era uma área muito grande. Se forem abatidos dez hectares, nas Flores, não há

problema nenhum de desregulação do mercado e pode abrir-se o concurso público de outra forma.

E, já agora, os 207 hectares que o senhor abriu de concurso público, sabe como é que os calculou? Abriu 100, só adjudicou 35, restaram 80; volta a abrir para esses 80, continuou a somar, mas a área total é sempre a mesma inicial.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, só para dar um esclarecimento em relação às matas de criptoméria que têm mais de 40 anos, que o Sr. Secretário não referiu, que foram analisadas pelos técnicos, as que têm mais de 40 anos. Ou seja, foram todas analisadas perto da estrada regional, as encostadas à estrada regional, aquelas que têm mais de 40 anos, não tem qualquer análise delas no relatório.

De qualquer maneira, eu percebi, e agora ficou claro, que, afinal, o Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista, já não há o problema das cortinas de abrigo com os agricultores, já não há problema nenhum.

Deputado Manuel Pereira (PS): Quem disse isso?

O Orador: O que há, o problema é de tempo. Portanto, não pode ser agora, não deve ser agora, deve ser daqui a cinco anos. Ok! Já toda a gente percebeu que a Secretária Regional não tem técnicos, não tem dinheiro, não tem meios para fazer o abate das criptomérias na ilha das Flores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero deixar claro que não mudo de opinião e aquilo que foi dito, relativamente às matas de proteção, mantenho. É necessário ter o cuidado para com...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Não! Foi dito aqui que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se importava com as matas de proteção. Isso é mentira, é falso, nunca isso foi dito e entendemos que deve ser salvaguardado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Mas foi dito aqui na sala pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Depois, sobre cortar as matas, importa referir, é um dado que, talvez, ajude nesta reflexão, que, no início do ano, próximo de 2000 e qualquer coisa, uma empresa da Terceira, uma empresa privada, andou a proceder ao corte de algumas matas de privados e que uma parte substancial dessa madeira, para já, nem reflorestou as áreas que cortou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Má fiscalização!

Deputado João Corvelo (PCP): Estavam lá os técnicos da secretaria!

O Orador: Acordos entre privados!

Não reflorestou conforme...

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... tinha acordado com os proprietários. Foram os próprios que tiveram que fazer.

E mais! Uma parte substancial dessa madeira apodreceu na ilha das Flores, porque não houve mercado para ela. Portanto, isto são realidades que importa salientar.

Portanto, trabalhar de forma programada e não de imediato só porque o Partido Comunista quer, eu acho que isto é que é um erro.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, julgo que é para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(Pausa)

O microfone não estava ligado, mas o que a Sra. Deputada pediu foi um intervalo regimental, e, considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos, regressamos, amanhã, às 10 horas, com a Agenda.

Eram 19 horas de 44 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento – n.º 600/XIII/2.^a (PCP) - n.º 109/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 09 – 27;

Assunto: Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 8.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – n.º 608/XIII/3.^a (PCP) - n.º 110/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 10;

Assunto: Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho – n.º 609/XIII/3.^a (PCP) - n.º 111/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 10;

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificado, e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro – n. 614/XIII/3.^a (PSD) - n.º 114/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 16;

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificado e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro - n.º 617/XIII/3.^a (CDS-PP) - n.º 115/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 18;

Assunto: Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário - n.º 607/XIII/3.^a (PCP) - n.º 116/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 10 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 31.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Altera o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico, relativamente a situações existentes não-tituladas – n.º 98/XIII/3.^a (GOV) - n.º 117/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 10 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 19.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: Pelo investimento e modernização das redes de transportes e infraestruturas - n.º 1061/XIII/3.^a (PCP) - n.º 112/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 10;

Assunto: Recomenda ao Governo um maior apoio ao investimento de defesa da floresta contra incêndios - n.º 1062/XIII/3.^a (CDS-PP) - n.º 113/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 10.

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de géneros alimentícios, organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, embalagens de aerossóis, elaboração de estratégias marinhas, segurança de brinquedos e utilização de certas substâncias em vidros - PCM - (Reg. DL 330/2017) - n.º 45/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 09 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 09 – 26;

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 528/2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas - MS - (Reg. DL 298/2017) - n.º 47/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 09 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 09 – 29.

Assunto: Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa - MM - (Reg. DL 261/2017) - n.º 48/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 02;

Assunto: Estabelece o regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços de água - MADJ - (Reg. DL 225/2017) - n.º 49/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 09 – 22

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 03;

Assunto: Altera a Habilitação Legal para Conduzir, transpondo a Diretiva 2016/1106/UE - MPI - Reg. DL 375/2017 - n.º 50/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 09 – 26

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 06.

5 – Projeto de Decreto Regulamentar:

Assunto: Regula as condições de organização e funcionamento da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica - MADJ - (Reg. DR 302/2017) - n.º 46/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 09 – 08

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 09 – 18.

6 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores - n.º 10/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 02

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 06.

7 – Projetos de Resolução:

Assunto: [A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de revisão constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da República Portuguesa, de forma a eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais - n.º 52/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 09 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 16;

Assunto: [O Parlamento dos Açores insta o Governo da República Portuguesa a reconhecer o direito à autodeterminação da Catalunha - n.º 53/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 10 – 02

Indeferida a Admissibilidade;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Cadeia de Apoio da Horta e a criação de um Centro Tutelar Educativo nos Açores - n.º 54/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 10 – 09

Pedido com urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

8 – Petições:

Assunto: Pela Dignificação do Trabalho Docente – n.º 18/XI

Proveniência: António José Calado Lucas, Presidente do Sindicato dos Professores da Região Acores

Data de Entrada: 2017 – 09 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda admissibilidade.

9 – Requerimentos:

Assunto: [Estado atual do processo de implementação do sistema NRP-AR no Aeroporto da Horta](#)

Autores: Rui Martins, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 11

Referência: 54.01.07 – N.º 304/XI;

Assunto: [Desleixo e negligência na Estrada Leste do Corvo - Lugar do Pico 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 305/XI;

Assunto: [Centro de interpretação de aves da ilha do Corvo 3](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 306/XI;

Assunto: [Requalificação da Estrada Leste na ilha do Corvo 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 307/XI;

Assunto: [Campanha de desratização na ilha do Corvo 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 308/XI;

Assunto: [Eutrofização da lagoa do Caldeirão](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 309/XI;

Assunto: [Pagamento de indemnização por parte do Conselho de Administração da SATA](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20

Referência: 54.07.09 – N.º 310/XI;

Assunto: [Ryanair cancela voos para a ilha Terceira](#)

Autores: Mónica Seidi e António Vasco Vieiros (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 21

Referência: 54.01.03 – N.º 311/XI;

Assunto: [Desleixo e falta de profissionalismo atroz no serviço de medicina veterinária da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 312/XI;

Assunto: [Ligação da DELTA Airlines entre os Açores e Nova York](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 09 – 25

Referência: 54.01.00 – N.º 313/XI;

Assunto: [Trabalhadores da região em obra particular](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 06

Referência: 54.03.04 – N.º 314/XI;

Assunto: [Voos redondos na rota Lisboa-Horta-Lisboa](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 09

Referência: 54.03.07 – N.º 315/XI;

Assunto: [Transporte de doentes inter-ilhas](#)

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 316/XI;

Assunto: [Requalificação da Ribeira de São Bento, no concelho de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 10

Referência: 54.06.03 – N.º 317/XI;

Assunto: [Estado da Educação na Ilha das Flores](#)

Autores: Bruno Belo e Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 10

Referência: 54.03.08 – N.º 318/XI;

Assunto: [Lagarta dos Pastos](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 319/XI;

Assunto: [Falta de professores do primeiro ciclo do ensino básico da Escola Básica e Secundária das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 320/XI.

10 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Irregularidade do serviço de medicina veterinária desempenhado na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 03

Referência: 54.07.09 – N.º 287/XI;

Assunto: [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 03

Referência: 54.07.00 – N.º 262/XI;

Assunto: [Promoção de hábitos alimentares saudáveis em ambiente escolar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 291/XI;

Assunto: [Câmaras hiperbáricas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 03

Referência: 54.04.00 – N.º 293/XI;

Assunto: [Dificuldade em reservas aéreas de e para as Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 04

Referência: 54.04.08 – N.º 282/XI;

Assunto: [Obras no Largo do Relógio na cidade da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 04

Referência: 54.03.07 – N.º 283/XI;

Assunto: [Mamarracho em cimento armado, na berma da Estrada Regional de ligação da freguesia dos Cedros a Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 06

Referência: 54.04.08 – N.º 284/XI;

Assunto: [Grua do porto de Ponta Delgada, Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 04

Referência: 54.04.08 – N.º 297/XI.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Email remetendo a Publicação Ocasional n.º 4/2017 intitulada “A Gestão Orçamental em Portugal: aspirações em busca de soluções”, da autoria de Teodora Cardoso

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 09 – 07;

Assunto: Ofício sobre a situação laboral nas empresas da PT Portugal, nomeadamente na MEO

Proveniência: SINTTAV – Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual

Data de Entrada: 2017 – 09 – 11;

Assunto: Ofício a provocar uma Interpelação ao Governo Regional a respeito das crianças e jovens da ilha do Covo estarem impedidas, pelo Governo Regional dos Açores de aceder a refeições escolares

Proveniência: Deputado Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2017 – 09 – 11;

Assunto: Ofício a remeter o relatório de auditoria e a verificação interna de conta de gerência aprovados pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (Relatórios n.ºs 08/2017-FS/SRATC (Ação n.º 15-212FS4) e 11/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-431VIC3))

Proveniência: António Francisco Martins, Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 09 – 12;

Assunto: Ofício a remeter a informação referente aos valores da execução do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada dos Açores (PROMEDIA III)

Proveniência: Marta Couto, Adjunta do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 09 – 15;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Protesto – Forte de São João Baptista, apresentado pelo Partido Social Democrata

Proveniência: Paulo Henrique Parece Baptista, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20;

Assunto: Ofício a remeter os relatórios de verificações internas de conta de gerência aprovados pelo Tribunal de Contas (Relatórios n.ºs 12/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-432VIC3) e 13/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-424VIC3))

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20;

Assunto: Ofício a remeter Moção, no sentido de alertar as entidades competentes para a questão das acessibilidades aéreas, e, concretamente, para o mau serviço prestado pela SATA, apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP/PPM

Proveniência: Fernando Manuel Machado Menezes, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2017 – 09 – 20;

Assunto: Email a esclarecer os factos descritos na carta a do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo

Proveniência: Marlisa Furtado

Data de Entrada: 2017 – 09 – 21;

Assunto: Ofício a solicitar a transformação de perguntas com resposta escrita em perguntas orais

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 09 – 21;

Assunto: Ofício a remeter remessa de relatório aprovado pelo Tribunal de Contas (n.º 9/2017- FS/SRATC (Ação n.º 17-211FS4))

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 09 – 22;

Assunto: Email a remeter o curriculum vitae do Professor Doutor José Carlos Vieira de Andrade e a comunicar que foi indigitado para o Conselho Geral Independente do Conselho de Opinião da RTP-SA

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2017 – 09 – 26;

Assunto: Ofício a remeter cópia do douto despacho proferido no âmbito do inquérito do Processo 16/17.8T9SCF solicitando a autorização nele pretendida

Proveniência: José Rodrigues, Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca dos Açores

Data de Entrada: 2017 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a remeter parecer do CNADS sobre a Proposta de Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: 2017-2020

Proveniência: Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2017 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 7/2017 - "Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2017-2021 - Atualização"

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato de deputado a partir de 2 de outubro de 2017

Proveniência: Paulo José Maio de Sousa Mendes

Data de Entrada: 2017 – 09 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar a renúncia de mandato de deputada a partir de 2 de outubro de 2017

Proveniência: Lúcia de Fátima Oliveira Arruda

Data de Entrada: 2017 – 09 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição do deputado Paulo José Maio de Sousa Mendes pelo candidato António Manuel Raposo Lima

Proveniência: Zuraida Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2017 – 09 – 29;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do documento "Auditoria da UE - Uma Síntese"

Proveniência: João Figueiredo, Membro da Curia Rationum - European Court of Auditors - Cour des Comptes Européenne

Data de Entrada: 2017 – 10 – 02;

Assunto: Ofício a remeter os relatórios de auditoria aprovados pelo Tribunal de Contas (n.º 10/2017-FS/SRATC (Ação n.º 17-203FS1 e n.º 11/2017-FC/SRATC (Ação n.º 17-217FC))

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 10 – 03;

Assunto: Ofício a solicitar interpelação ao Governo Regional sobre “Turismo”

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2017 – 10 – 09;

Assunto: Ofício a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado pelo Tribunal de Contas (n.º 14/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 16-425VIC3))

Proveniência: António Francisco Martins, Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 10 – 09;

Assunto: Ofício a remeter os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 7/2017 e 8/2017 que foram enviados para publicação no Diário da República a 27 de setembro de 2017

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2017 – 10 – 09;

Assunto: Ofício a agradecer o voto de pesar pelo falecimento de Britaldo Rodrigues

Proveniência: Maria Manuela Callé Duarte Sequeira Rodrigues e filhas

Data de Entrada: 2017 – 10 – 10;

Assunto: Ofício solicitar a indicação de representante na Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada – PROMEDIA 2020

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 10 – 10;

Assunto: Ofício a solicitar o Cancelamento do pedido de Interpelação ao Governo Regional a respeito das crianças e jovens da ilha do Covo estarem impedidas, pelo Governo Regional dos Açores de aceder a refeições escolares

Proveniência: Deputado Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: Email remetendo o Relatório n.º 8/2017 sobre a “Evolução orçamental até ao final do 2.º trimestre de 2017”

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12.

12 - Relatórios:

Assunto: [Projeto de Lei n.º 600/XIII/2.ª \(PCP\) - Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento – n.º 109/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 10 – 04;

Assunto: [Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, António Manuel Raposo Lima](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de outubro](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 10 – 13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 957/XIII/2.ª \(PCP\) - Aprofundar o Estatuto de Ultraperiférica – n.º 94/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 13;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 91/XIII/2.ª \(GOV\) - Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários – n.º 96/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 569/XIII/2.ª \(PSD\) - Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, procedendo à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – n.º 97/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 13;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 94/XIII/2.ª \(GOV\) - Altera o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios – n.º 101/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 590/XIII/2.ª \(PCP\) - Regularização de pessoal contratado a título precário na Administração Autárquica e no Setor Empresarial Local – n.º 106/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 589/XIII/2.ª \(PCP\) - Fixa o regime de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade \(6.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas\) – n.º 105/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 14;

Assunto: [Petição n.º 10/XI - Pela Justiça, Igualdade e Dignidade no Trabalho nos Hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 10 – 02;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XI - Determina a inclusão da opção vegetariana nas refeições nas cantinas públicas e noutras entidades financiadas por fundos públicos](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 10 – 02;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços de águas - MADJ - \(Reg. DL 225/2017\) – n.º 49/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 10 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 608/XIII/3.ª - Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 8.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – n.º 110/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 92/XIII/2.ª \(ALRAM\) - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15/03, retificado pela Declaração de Retificação n.º 26/2006, de 28/04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24/03, retificado pela Declaração de Retificação n.º 15-A/2011, de 23/05, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21/10, que regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – n.º 98/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 09 – 08;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece um regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas - MTSSS \(Reg. DL 314/2017\) – n.º 40/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 10 – 10;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 47/XI - Recomenda a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de um grupo de trabalho que analise e avalie as respostas públicas regionais na área de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens, dirigidas a jovens com mais de 12 anos de idade](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Estabelece um sistema de registo obrigatório aplicável aos sistemas de aeronaves pilotadas remotamente - MPI - \(Reg. DL 304/2017\).- n.º 44/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 18;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 14/XI \(PCP\) - Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptomérias, em estado maturação adequado, propriedade da Região, na Ilha das Flores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 18;

Assunto: [Audição da gestora pública indigitada para a recondução na presidência do Conselho de Administração da Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 21;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de géneros alimentícios, organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, embalagens de aerossóis, elaboração de estratégias marinhas, segurança de brinquedos e utilização de certas substâncias em vidros - PCM - \(Reg. DL 330/2017\) – n.º 45/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) n.º 528/2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas - MS - \(Reg. DL 298/2017\) – n.º 47/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI - 1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores - SIDART](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI - Segunda alteração ao DLR n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 30/XI - Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 34/XI - Lei das Finanças das Regiões Autónomas](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 12.

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 30, 31 e 32.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 27, 28 e 29 e o Suplemento ao Diário n.º 27, bem como a Separata n.º 4/XI.

As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes